

2003 - 2013



10 ANOS DE CVT

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antonio Raupp

Secretário-Executivo

Luiz Antônio Rodrigues Elias

Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Oswaldo Baptista Duarte Filho

2003 - 2013



10 ANOS DE CVT

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL



Apresentação



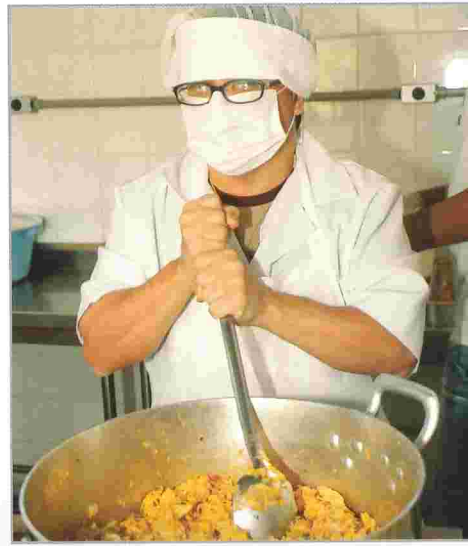
O Brasil possui quase 9,5 mil km² de extensão, um país não só com uma área territorial vasta e diversificada em paisagens, clima e relevo, como também um dos mais populosos do mundo. Tratar essas diversidades dentro de suas especificidades não é tarefa fácil. Planejar, implementar, executar e fiscalizar políticas públicas de inclusão social em todas as regiões brasileiras requer conhecimento técnico, estrutura adequada, amparo político e uma administração pública comprometida. Baseado nesses princípios, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) adotou os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) como uma importante ação de inserção social que prevê a democratização do acesso à ciência e à tecnologia.

Os dez anos de experiência visando à transformação social por meio da difusão da ciência e da tecnologia e da inserção de comunidades aos conhecimentos tecnológicos possibilitam hoje à SECIS atualizar seus conceitos sociais e reformular o papel dos Centros Vocacionais Tecnológicos, adequando-os ao atual cenário de desenvolvimento. O Brasil evoluiu. Concomitantemente à evolução das políticas públicas implementadas pela SECIS, pode-se observar ainda o crescimento econômico registrado na última década pelo país, aliado à abertura do crédito, ao aumento da distribuição de renda e à abertura do mercado de trabalho, proporcionando à sociedade nos últimos anos um reposicionamento social antes jamais visto, culminando na melhoria de vários indicadores e possibilitando a redução das desigualdades.

Para a SECIS, a criação, difusão e exploração de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como de outros bens intelectuais, são as principais ações para melhorar o crescimento e a produtividade. Para possibilitar que toda a sociedade participe ativamente desse processo é preciso criar mecanismos de profissionalização e de capacitação daqueles que ainda não tiveram acesso à educação científica e tecnológica.

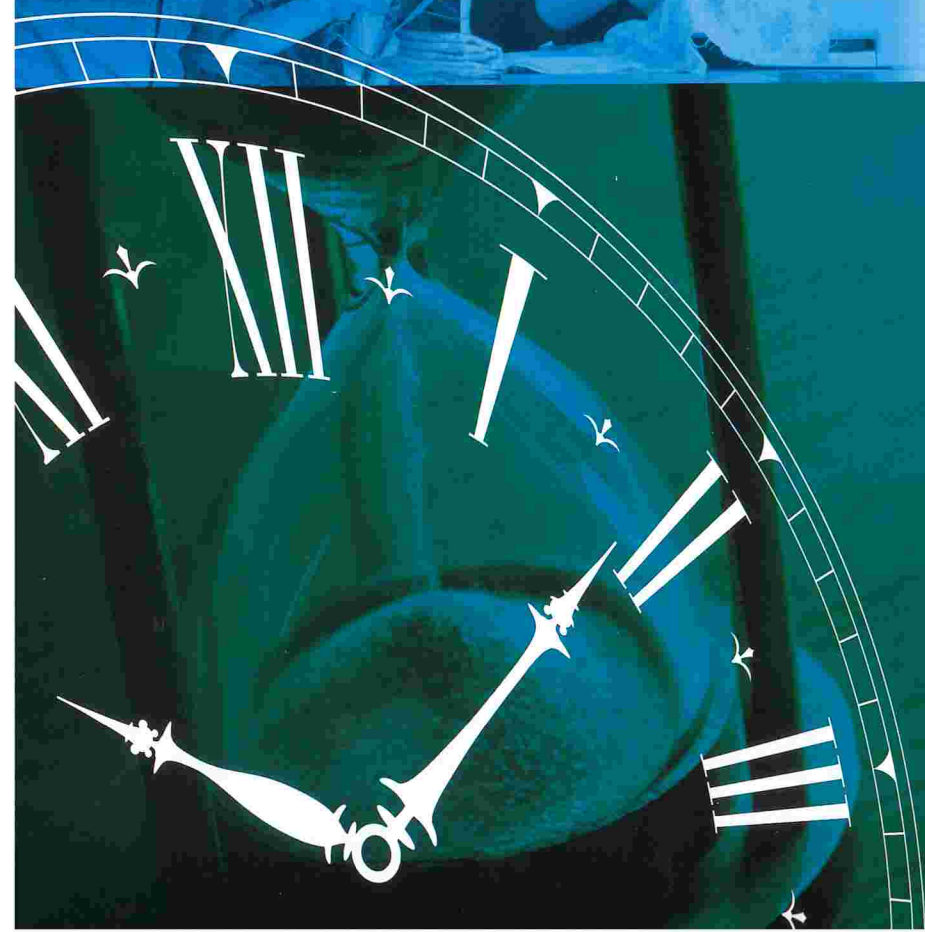
Os dez anos de história dessa grande rede estão neste livro. Para produzir o material, foram coletadas informações por meio de questionários e contatados os gestores das redes estaduais entre janeiro e fevereiro de 2013. É importante ressaltar que estão registrados neste trabalho os CVTs que estão em funcionamento. Existem CVTs em diversos estágios de construção, e convênios em processo de análise, que não estão listados aqui, pois o objetivo da pesquisa é oferecer um panorama do efetivo funcionamento da rede. Portanto, a quantidade de Centros Vocacionais Tecnológicos aumentará gradativamente, à medida que novas unidades estiverem concluídas e aptas a atender a comunidade.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos, de norte a sul do país, cada um com a sua característica, permitem que haja mudança efetiva na estrutura social ao disseminar o conhecimento. Cada curso oferecido, cada palestra ministrada, cada evento organizado, cada consultoria fornecida e, acima de tudo, cada cidadão formado representa a criação de novas oportunidades sociais e econômicas. Conheça um pouco mais desse trabalho!

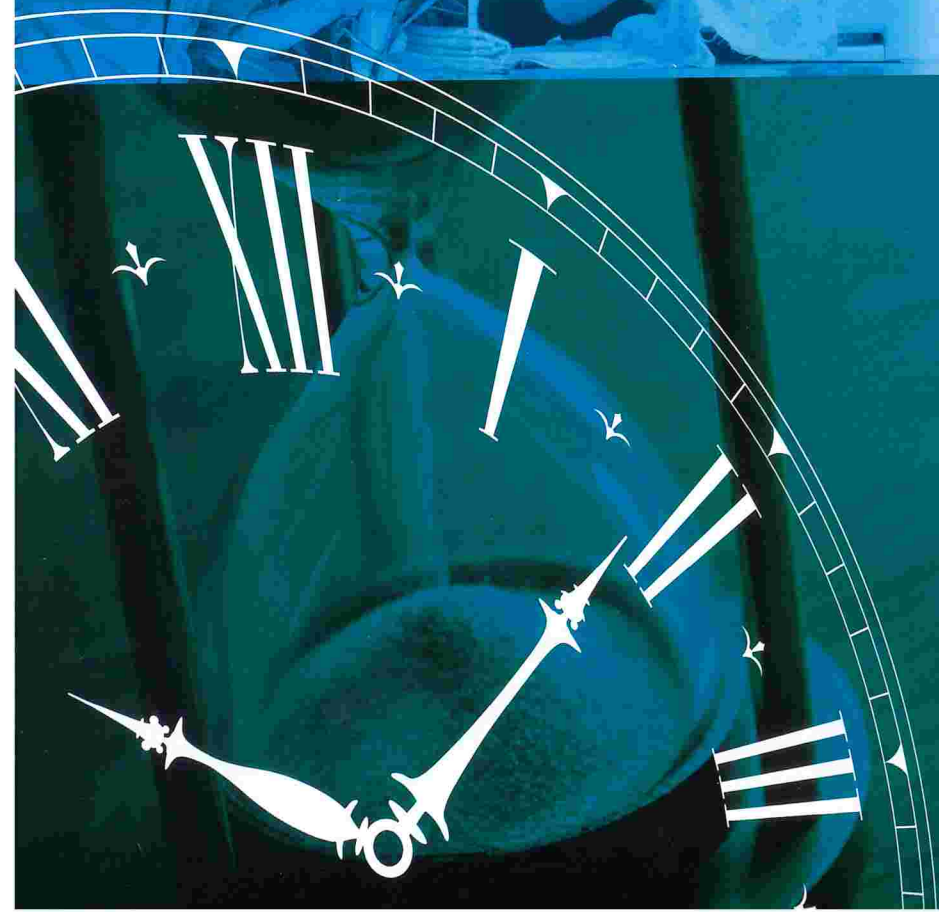




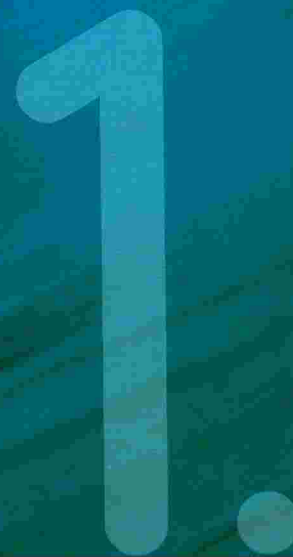
Sumário



1.	Introdução	8
2.	Concepção dos CVTs	10
3.	2003: Projeto nacional	13
4.	CVTs nas cinco regiões do país	16
5.	2008: Avaliação e definição de modelos	28
6.	2012: Redefinição de conceitos	30
7.	Rede CVT	33
8.	CVTs - Um Modelo de Extensão Tecnológica	37
9.	Rede Nacional de CVTs	41



Introdução



Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), desde a sua origem, em 1995, se propõem a dinamizar a vida da sociedade, permitindo que a ciência, a tecnologia e a inovação se tornem temas e ações presentes no dia a dia da população. São 10 anos de história, gerando real impacto social, mudando a dinâmica produtiva de comunidades, abrindo o mercado de trabalho à inovação e permitindo a prática do conhecimento científico e tecnológico. Nesse período, os Centros foram implantados, modernizados e expandidos. Chegou o momento de definir novas concepções, de fazer com que os Centros Vocacionais Tecnológicos, além de se fortalecerem como uma grande rede, atuem simultaneamente a outras políticas públicas de interesse social, e passem a ser referência em extensão tecnológica, sendo multiplicadores de soluções científicas, permitindo, de fato, que a inovação esteja ao alcance de todas as pessoas.

Objetivando concretizar este novo cenário, e seguindo os preceitos da Estratégia Nacional

de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015, os Centros Vocacionais Tecnológicos integram o programa estruturante “Inclusão Social e Produtiva”, articulador de outras políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), dentre elas os Arranjos Produtivos Locais, os Territórios da Cidadania, a Agricultura Familiar de Base Ecológica – Agroecologia e as Comunidades Tradicionais. Além da articulação com esses projetos prioritários, os CVTs permanecem atuando de maneira transversal a outros programas estruturantes da SECIS, como o de Segurança Alimentar e Nutricional, o de Tecnologias para Inclusão Social e o de Tecnologias para Cidades Sustentáveis.

Neste livro também estão registrados os principais momentos históricos do surgimento e da expansão dos CVTs, as unidades existentes, as redes estruturadas e os impactos gerados ao longo desses 10 anos. Em 2013, os Centros Vocacionais Tecnológicos continuam sendo a grande ação do MCTI na promoção da igualdade e da justiça social.

Implantados os primeiros CVTs no Ceará. A rede estadual foi estruturada em três Centec (Instituto Centro de Ensino Tecnológico), que articularam em rede 40 CVTs e as Infovias do Desenvolvimento.

É realizada a primeira avaliação dos CVTs, resultando na publicação, em 2010, do livro “Avaliação do programa de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos”, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Com a avaliação, é feita a primeira redefinição de modelo para o CVT.

Abertura de editais (CNPq) visando a organização dos CVTs em redes vocacionais, articuladas a outras políticas públicas voltadas para a inclusão social, a difusão da ciência e da tecnologia e geração de trabalho e renda.

94

1995

2003

2008

2012

2013

A partir de uma demanda social identificada no Ceará, o deputado federal Francisco Ariosto Holanda, então secretário estadual do governo do estado, inicia as articulações políticas para a implantação dos CVTs. No mesmo ano é realizada uma reunião com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, os ministros da Ciência e Tecnologia e do Trabalho, Israel Vargas e Walter Barelli, respectivamente, parlamentares e dirigentes de agências vinculadas ao MCT.

▶ O Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da SECIS, inclui os CVTs como política pública federal, ampliando a implantação de unidades em todo o país. É lançada a publicação “Centro Vocacional Tecnológico – Infovias do Desenvolvimento”, pela Câmara dos Deputados, que serviu de base teórica para o início do programa.

▶ Após reestruturação conceitual do CVT, é publicado um novo Documento de Referência reformulando as rotinas de recebimento, análise e aprovação de projetos no âmbito da SECIS. Com a reformulação, uma nova estrutura é estabelecida, prevendo sua sustentabilidade a partir de arranjo institucional articulado por um comitê gestor local.



Concepção dos CVTs



Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) nasceram de uma demanda social identificada no Ceará num período de elevados índices de desemprego e de falta de qualificação profissional. A partir desse cenário, o deputado federal Francisco Ariosto Holanda, então secretário estadual do governo do estado, tomou a decisão política de articular e implantar ações que promovessem a inclusão social por meio da capacitação profissional e da extensão tecnológica, partindo da interlocução com vários segmentos governamentais e da sociedade civil organizada.

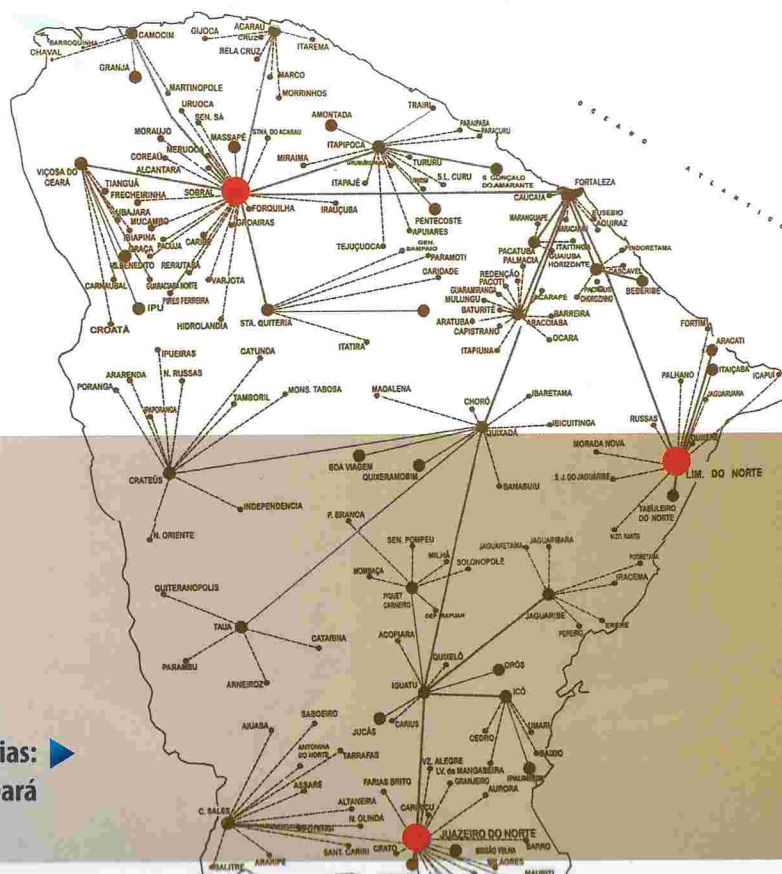
A ideia foi acolhida em 1994 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que a apresentou a vários ministros da época, depois que Ariosto Holanda o alertou para a necessidade de ampliar a campanha contra a fome, que suscitava solidariedade em todo o País, oferecendo também capacitação profissional para a juventude interiorana. A reunião realizada no Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1994, com a participação dos ministros da Ciência e Tecnologia e do Trabalho, Israel Vargas e Walter Barelly, respectivamente, do deputado Francisco Ariosto Holanda e do sociólogo Betinho, lançou as bases do CVT.*

Betinho foi o fundador da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, programa que mobilizou diversos segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria.

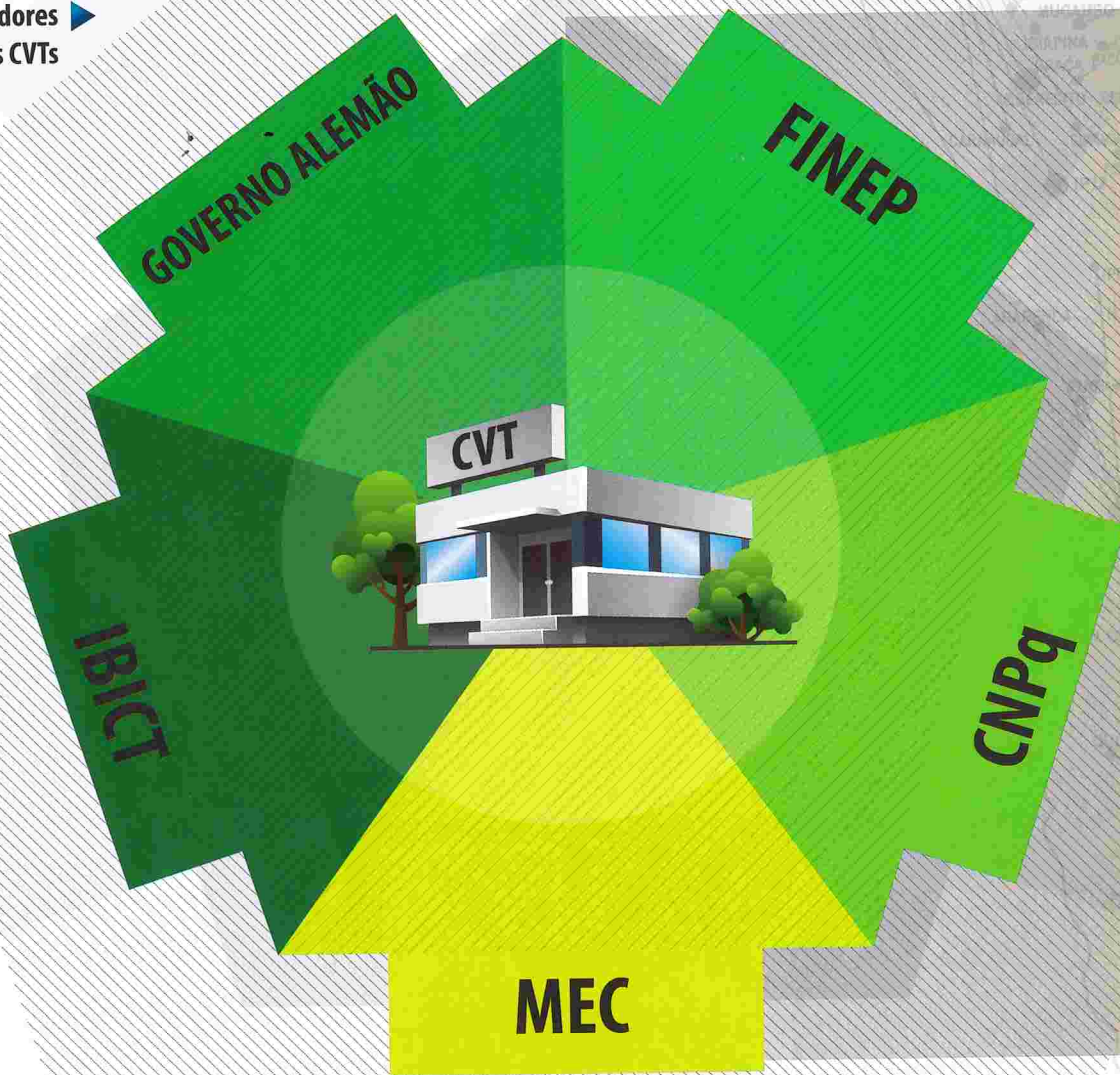
Durante a reunião, todos os aspectos da ação foram debatidos. O deputado Ariosto Holanda fundamentou o programa, que tinha como objetivo gerar trabalho a partir da capacitação do homem. Segundo ele, os CVTs eram fruto de três experiências. A primeira foram os dados apresentados pela CPI do Atraso Tecnológico; a segunda, os resultados da Comissão Mista do Desequilíbrio Econômico Regional; e a terceira, a experiência do próprio parlamentar como secretário da Indústria e Comércio do Governo do Ceará. “A gente entende que a única maneira de acabar com a miséria é gerando trabalho e que a ferramenta mais importante é a tecnologia, na área da indústria e do comércio. Foi aí que nós fizemos uma reflexão. Vamos partir para implantar aquelas escolas que nós chamamos de escolas vocacionais, baseadas no ensino informal, mas de cunho essencialmente prático, objetivo”, disse na ocasião.

O ministro Israel Vargas, na oportunidade, confirmou querer ampliar a experiência implantada no Ceará para todo o país, com apoio dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Trabalho. Betinho também garantiu o mesmo apoio. Para o sociólogo, não se gera emprego sem educação, sem capacitação e sem ciência e tecnologia. “Agora, tudo isso junto é que vai gerar trabalho, é que vai gerar emprego. E aí nós vamos mudar o País porque nós vamos incorporar milhões de pessoas ao processo”, enfatizou à época.

No caso do Ceará, criou-se uma estrutura de ensino com base em laboratórios e oficinas, em que o aluno pudesse contar com material didático da melhor qualidade e ensino tecnológico fortemente embasado em ciências e no domínio das linguagens: matemática, informática, português e inglês. Ou seja, o CVT atuava como centro de excelência, transferindo conhecimento para a população.



es apoiadores
ação dos CVTs

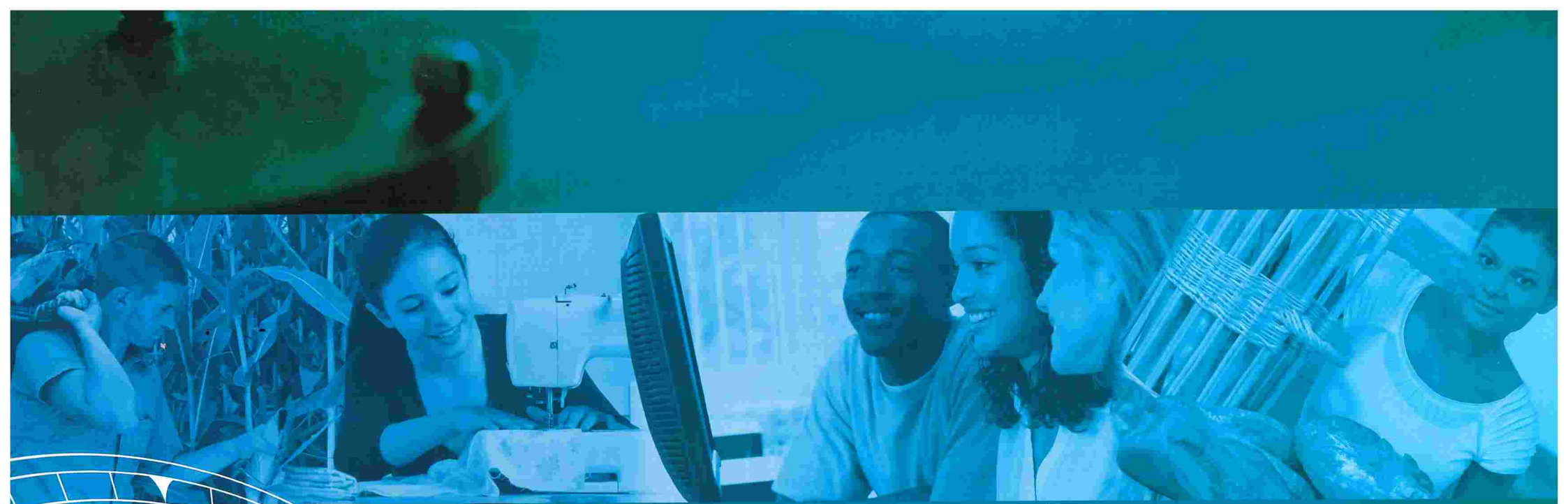


CVT: o projeto inicial

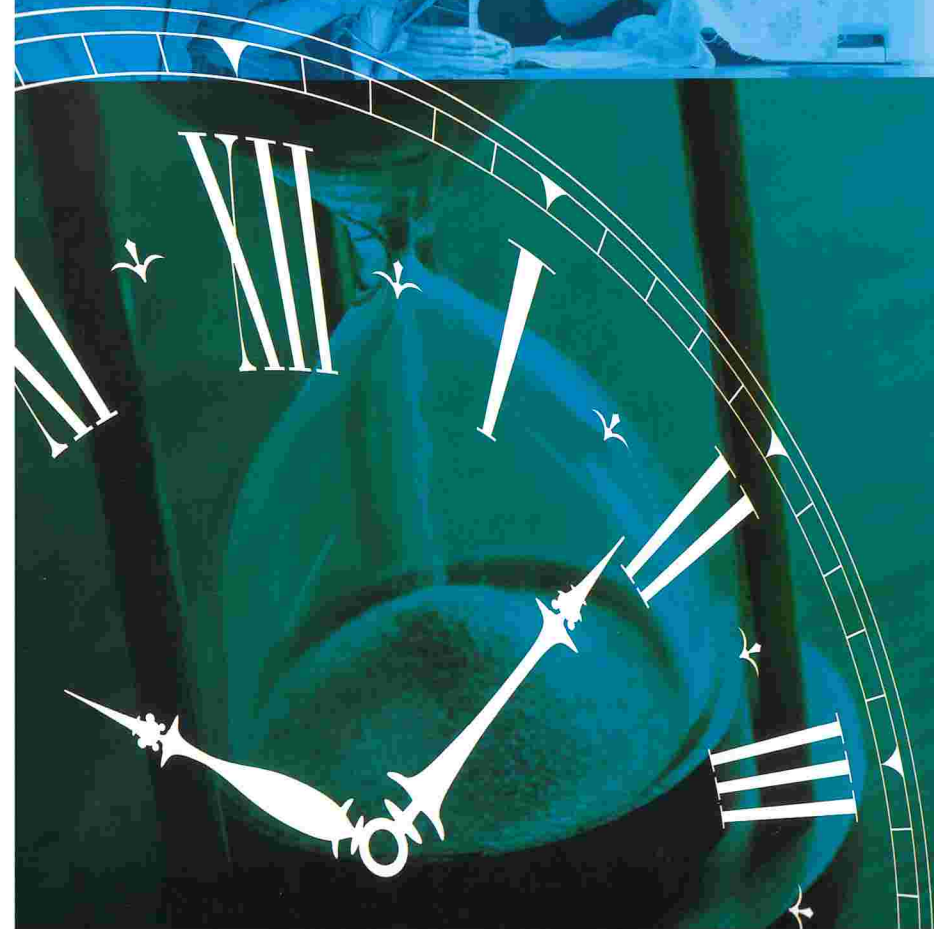
O projeto inicial foi estruturado em três Centec (Instituto Centro de Ensino Tecnológico), que articularam em rede 40 CVTs e as Infovias do Desenvolvimento. As Infovias representavam a “estrada” eletrônica do futuro, implantando, em todos os municípios cearenses, uma base de laboratório de informática interligada pela internet.

Para a execução da rede no Ceará, o Governo contou com financiamento do CNPq e da FINEP. A FINEP financiou 10 milhões de dólares, o CNPq liberou 200 bolsas e o governo Alemão financiou 8 milhões de dólares em equipamentos. Em entrevista concedida ao Jornal do MCT, em 2003, Ariosto Holanda afirmou ainda que o projeto contou com o apoio do MEC que, por meio do PROEP, liberou recursos para a construção de três CVTs, um CENTEC e 20 salas de videoconferência do projeto Infovias do Desenvolvimento.

Ao longo dos oito anos de execução do programa no Ceará (1995 a 2003), a rede se mostrou consistente em seu propósito de incluir socialmente a parcela da população que não tinha acesso à capacitação. Os CVTs foram se consolidando e atuando de maneira decisiva em todos os municípios em que foram implantados. Essa avaliação positiva de sua intervenção social fez com que os CVTs se tornassem um programa federal, sendo encampado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.



2003: Projeto nacional

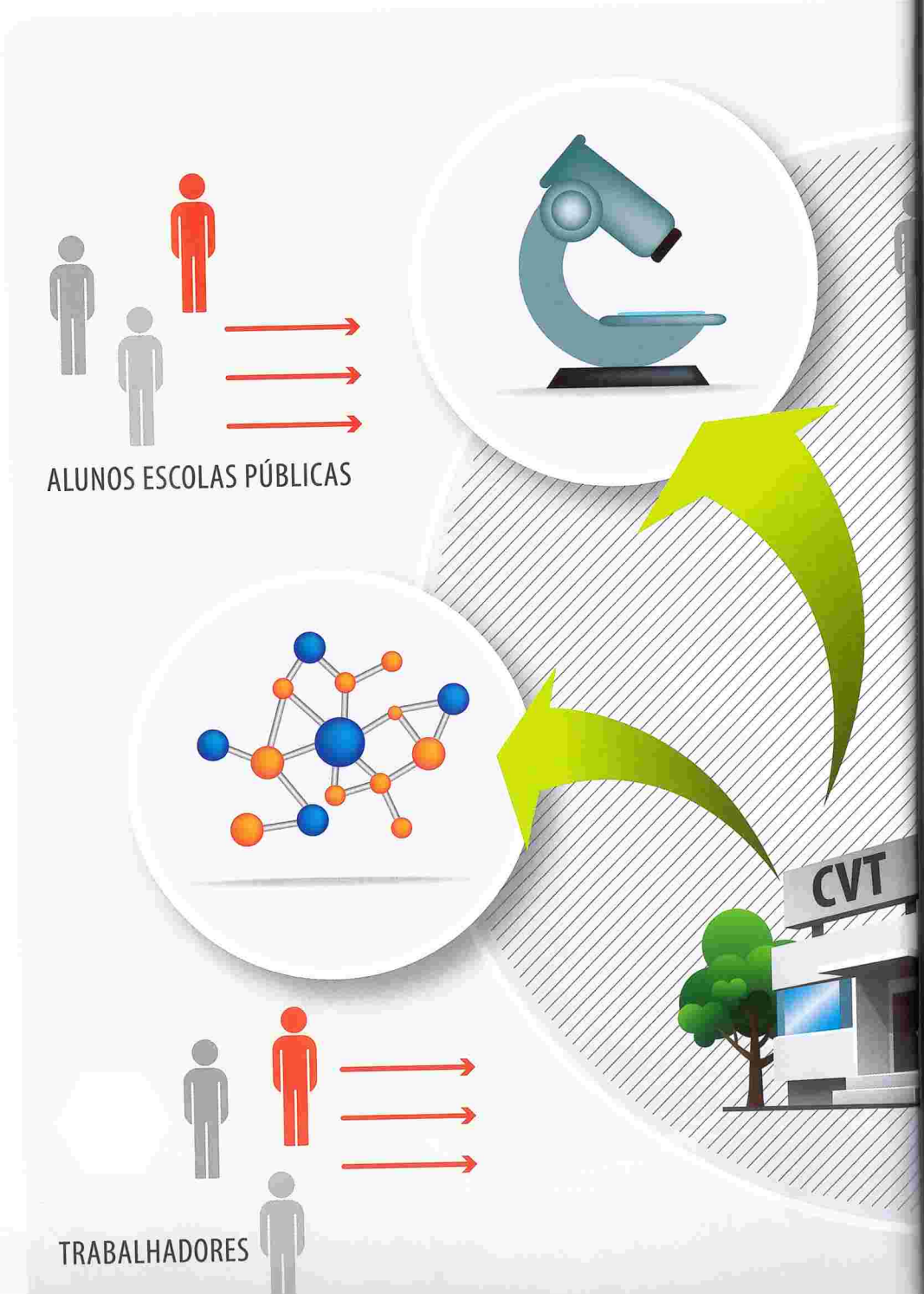




Em 2003, a Câmara dos Deputados lançou a publicação “Centro Vocacional Tecnológico – Infovias do Desenvolvimento”, do deputado Francisco Ariosto Holanda, propondo as bases teóricas do programa utilizadas como referência pelo MCT. O CVT, na sua concepção, era uma unidade de ensino profissionalizante voltada para a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e a transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processos produtivos. Sua estrutura de ensino, com base em laboratórios e oficinas, estava orientada para capacitar as pessoas para o trabalho no campo de suas atividades profissionais. Para coordenar essa ação, e outras destinadas à inclusão social, foi criada no mesmo ano, pelo Decreto 4.724, de 9 de junho de 2003, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, com a missão de promover a apropriação da ciência e tecnologia pela população por meio de ações que melhorem sua qualidade de vida, estimulem a geração de emprego e renda e conduzam ao desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto que os CVTs passam a constituir estratégia de desenvolvimento social do país, tendo como principal finalidade contribuir para a redução nos déficits educacionais, científicos e tecnológicos das populações de baixa renda e contribuir para melhorar o cenário de disparidades econômicas regionais a partir da articulação interinstitucional para a promoção da extensão tecnológica. A partir da implementação dessa ação, a SECIS firmou, de 2003 a 2012, mais de 500 convênios para a implantação dos Centros Vocacionais Tecnológicos. Em 2003, os CVTs implantados foram registrados na Ação 3470 (Expansão e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa - Implantação, Adaptação, Modernização e Recuperação de Centros Tecnológicos - Nacional), existente desde 2000 na Lei Orçamentária. Somente em 2004 foi criada a ação orçamentária específica para os CVTs - Ação 001F (Apoio à Implantação de CVT). A base legal da Ação é o artigo 218 da Constituição Federal, capítulo que trata da Ciência e Tecnologia. É importante ressaltar que, para a apresentação de emendas à LOA de 2003, como ocorreu nas propostas que deram o início aos CVTs, o texto da emenda foi deliberado em 2002. Apesar de o início efetivo ter acontecido em 2003, já em 2002 os CVTs estavam sendo estruturados no âmbito do MCTI. Isso é possível inferir pelo processo legislativo em vigor, quando o texto da LOA de determinado ano deve ser aprovado até o fim da sessão legislativa ordinária do ano anterior.

Além da contribuição trazida pelos CVTs do Ceará, que foi referência direta para a implantação dos Centros como política pública federal, a demanda para o investimento na expansão tecnológica foi registrada por vários segmentos sociais, dentre eles pelo Fórum Nacional dos Secretários de Ciência e Tecnologia, realizado em novembro de 2000, pela Conferência Nacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001 pelo MCT, e pelo Encontro Nacional sobre Educação Profissional – Cidadania e Trabalho, realizado em outubro de 2003. Nesses três eventos apontou-se uma política de capacitação tecnológica da população que tivesse como base a educação profissional, a extensão tecnológica e a informação.



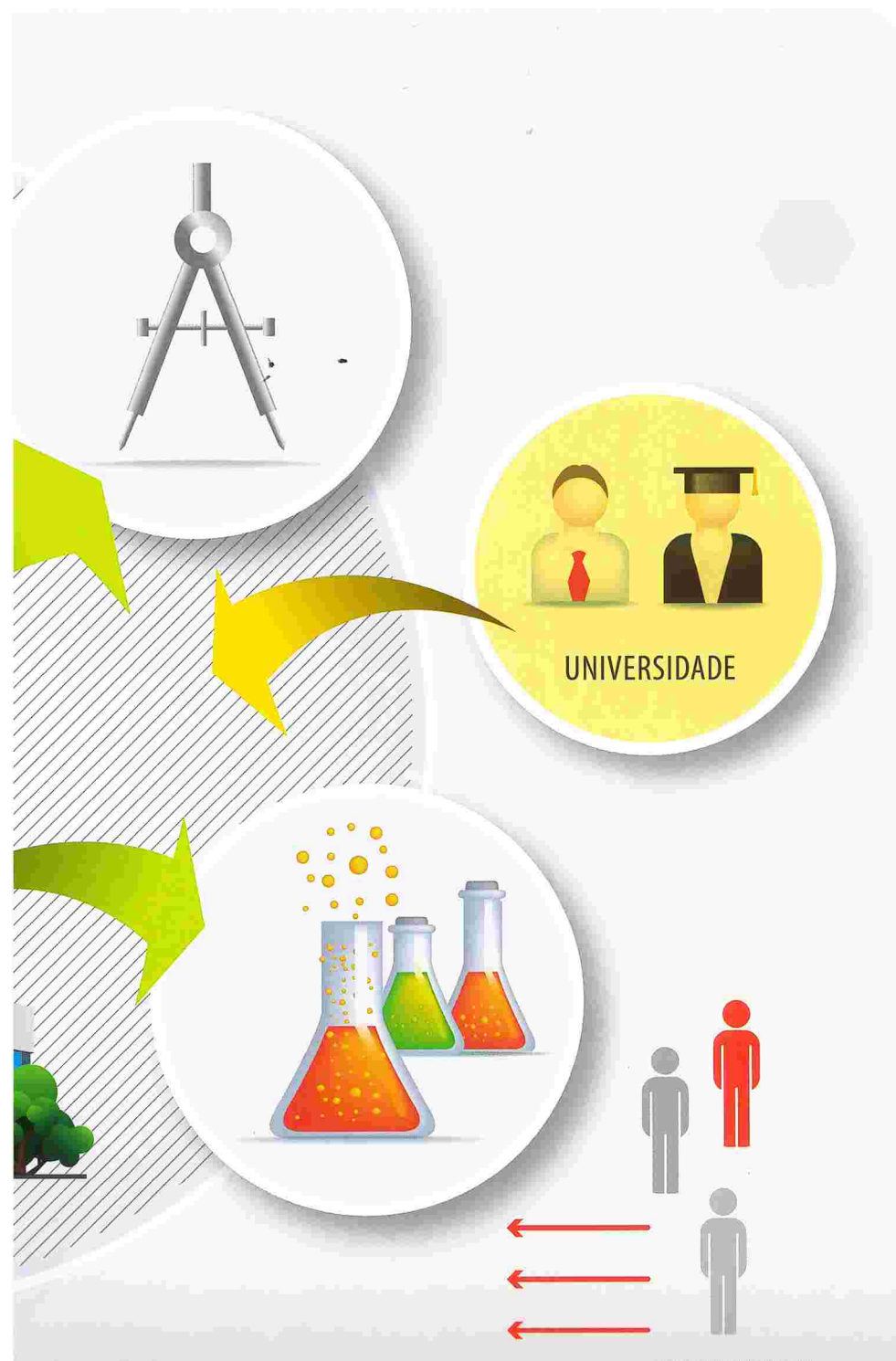
4.1 Primeiros Desafios dos CVTs

A extensão tecnológica e a formação profissional representavam desafios a serem superados quando surgiram os primeiros CVTs. Eles deveriam se constituir em Centros de Excelência, irradiadores do conhecimento, voltados para a capacitação tecnológica da população observando-se, sobretudo, a vocação da região.

O CVT, conforme apontou o deputado Francisco Ariosto Holanda em entrevista concedida ao MCT em 2003, surgiu para dar apoio a essa população de trabalhadores que, sem tempo de ir à escola, precisava adquirir novos conhecimentos para entrar no mercado de trabalho. “Trata-se também de um projeto atualizado dos antigos Liceus de Artes e Ofícios da década de 50”, destacou. Para atender a comunidade, seriam ministrados cursos informais, profissionalizantes, de cunho prático, nas áreas de serviços técnicos e de processos produtivos. Por ser informal, o ensino estaria sempre a serviço da população para informar, formar e tirar dúvidas.

Desde a sua concepção, o CVT trabalha com a vocação da região, formando pessoas e informando sobre as inovações tecnológicas. Ao trabalhar com as comunidades, ele faz a extensão tecnológica levando informações e novos conhecimentos, quer para aperfeiçoar seus serviços técnicos, quer para melhorar os produtos que fabricam, ou para oferecer novas oportunidades de investimento.

Os CVTs, pelo porte dos seus laboratórios básicos de física, química, biologia, informática, eletromecânica, também ajudavam a escola pública, ao oferecer aulas práticas para os seus alunos. Por possuírem sala de vídeo conferência conectada às universidades, o CVT também poderiam oferecer curso de graduação a distância para a população de sua área de atuação.





CVTs nas cinco
regiões do país



4.

CVT Ceflora (AC)

A parceria para a implantação do CVT Ceflora (Centro de Formação e Tecnologia da Floresta), em Cruzeiro do Sul (AC), foi realizada em 2004. O princípio orientador do programa é a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, baseado na valorização da floresta e de suas populações. O Ceflora está diretamente vinculado às políticas de inclusão e desenvolvimento estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O CVT Ceflora está instalado no Campus Universitário da Universidade Federal do Acre, em espaço cedido pelo governo do estado. Oferece cursos profissionalizantes e oficinas técnicas para as comunidades indígenas e ribeirinhas, e para seringueiros do Acre.

O funcionamento do Ceflora em 2005 começou num espaço de 350 metros quadrados, e o crescimento da demanda gerou a necessidade de ampliar a área física, que agora tem 1.800 metros quadrados e já atendeu mais de 5,8 mil jovens do Vale do Juruá (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Marechal Thaumaturgo), Tarauacá e Feijó com cursos técnicos que os capacitam para o mercado de trabalho, quer como empregados, prestadores de serviço ou donos do próprio negócio.

A unidade conta agora com vários laboratórios (produtos florestais, ciências aplicadas, processamento de alimentos), cinco salas de aula, biblioteca e auditório. Atuará com cursos de habilitação técnica, gestão, informática, produtos florestais, indústria com ênfase em alimentação e cooperativismo (com foco nas comunidades indígenas). Em sua concepção, o Ceflora faz a interface entre o conhecimento tradicional e o acadêmico - uma integração de saberes.

N Região Norte

Acre

CVT Cruzeiro do Sul (Ceflora)

Amapá

CVT São Joaquim do Pacu - Biodiesel

Pará

CVT CentrAlCiência – Belém (matriz)

- Unidades nos municípios:

Abaetetuba
Altamira
Augusto Corrêa
Bragança
Breves
Irituia
Novo Repartimento
Santarem
Santa Izabel
São Francisco

Tocantins

CVT Miracema do Tocantins

CVT Colinas do Tocantins



NE Região Nordeste

Alagoas

CVT Craíbas
 CVT Campus da UFAL
 CVT Rio Largo

Rio Grande do Norte

CT Mossoró/Oeste
 CT Extremoz/Mato Grande
 CT Currais Novos/Seridó
 CVT Pau dos Ferros/Alto Oeste
 CVT de Jundiá
 CVT Caicó/Seridó

Ceará

CVT Acaraú
 CVT Amontada
 CVT Aracoiaba
 CVT Beberibe
 CVT Brejo Santo
 CVT Boa Viagem
 CVT Campos Sales
 CVT Canindé
 CVT Crateús
 CVT Fortaleza
 CVT Granja
 CVT Groaíras

CVT Horizonte
 CVT Icó
 CVT Iguatu
 CVT Ipaumirim
 CVT Ipu
 CVT Itaiçaba
 CVT Jucás
 CVT de Jaguaribara
 CVT Maracanaú
 CVT Maranguape
 CVT Massapê
 CVT Mauriti

CVT Missão Velha
 CVT Orós
 CVT Pentecoste
 CVT Piquet Carneiro
 CVT Quixadá
 CVT Russas
 CVT Santa Quitéria
 CVT São Benedito
 CVT Tabuleiro do Norte
 CVT Tauá
 CVT Viçosa do Ceará

Pernambuco

Contrato de Gestão com o ITEP
 CVT Agrestina
 CVT Afogados da Ingazeira
 CVT Bom Jardim
 CVT Camocim de São Felix
 CVT Cupira
 CVT Ferreiros
 CVT Floresta
 CVT Goiana
 CVT Igarassu
 CVT Palmeirina

CVT SergipeTec (SE)

O CVT/SergipeTec começou a funcionar em novembro de 2011, com o cadastro inicial de 250 alunos dos municípios de São Cristóvão e Indiaroba, estendendo-se posteriormente às cidades de Umbaúba e Aracaju. Após um ano de atuação no Estado, o projeto atingiu mais de dois mil alunos inscritos gratuitamente em vários cursos, como o de informática, inglês, espanhol, manutenção em micro, auxiliar administrativo, entre outros.

O projeto é desenvolvido em parceria com a Petrobras, por meio do Programa Petrobras Desenvolvimento em Cidadania, que prevê, nos 32 meses de convênio, o atendimento a 3,5 mil jovens. Para participar do CVT/SergipeTec é preciso ter de 18 a 29 anos. Os alunos recebem todo o material didático necessário ao curso, além do fardamento e certificados de conclusão com validade nacional.

O CVT/SergipeTec também conta com a parceria da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – SETRAB/Sergipe, que auxilia no encaminhamento dos jovens participantes do projeto ao mercado de trabalho. O projeto já atingiu a marca de 24% dos jovens trabalhando.

A nova sede do CVT/SergipeTec está sendo instalada no novo parque tecnológico de Sergipe e conta com recursos do MCTI e da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA. Os recursos são de R\$ 1.333.333,33 para construção do prédio e aquisição de equipamentos para salas de informática, biblioteca, videoconferência, salas polivalentes e laboratórios de eletroeletrônica, química, física e biologia.

O projeto de urbanização do Sergipe Parque Tecnológico teve como princípios a sustentabilidade ambiental e a aplicabilidade das técnicas atualmente utilizadas que, implantados



em consonância com as políticas públicas adequadas, produzem impactos relevantes na sociedade. Estas ações estão voltadas para a busca de soluções de ordenação do espaço com uma abordagem ecologicamente correta e com o compromisso de definição de espaços públicos e abertos, preservando a flora e a fauna do lugar, demarcando os limites e setores do Parque a partir da potencialização de recursos e situações geográficas e ambientais existentes, de modo a se compatibilizar com a paisagem. Outras premissas foram adotadas como a ordenação dos elementos principais que compõem o Parque, a definição de uma estrutura urbana e o parcelamento das áreas edificáveis.

A concepção do projeto prevê a flexibilidade de ocupação da área, possibilitando a sua transformação com o tempo, diversificando as possibilidades de crescimento e permitindo sua implantação em etapas. Os projetos das atuais e futuras edificações contam com uma arquitetura sustentável, utilizando-se de processos construtivos

de tecnologias limpas e inovações tecnológicas.

O SergipeTec trabalha com três áreas prioritárias: biotecnologia – tecnologia de organismos vivos (animal e vegetal); tecnologia da informação – softwares e serviços de informática; energia – petróleo e gás e energias renováveis (solar, eólica, biomassa).

A infraestrutura do Sergipe Parque Tecnológico conta com: laboratórios de informática, laboratórios de biotecnologia, laboratórios de energias renováveis, instituições de pesquisa e fomento, instituições empresariais, incubadoras de empresas, escritórios virtuais, sala de videoconferência, auditório, sala de eventos, praça de convivência (lanchonete, restaurante, caixas eletrônicos, banca de revista), biofábricas, escola para a comunidade, área verde, ciclovia.

CVT Riacho das Almas
CVT Salgueiro
CVT Surubim
CVT Trindade

Convenente:

Prefeituras Municipais

Bonito
Custódia
Cortês
Barreiros
Lagoa do carro
Maraial

Taquaritinga do Norte
Palmares
Rio Formoso
Xéxau
Timbáuba

Sergipe

CVT Alto Sertão
CVT Parque Tecnológico - SergipeTEC
CVT/APL Tobias Barreto

Paraíba

CVT João Pessoa

CVT Sousa
CVT Pombal

Piauí


CVT Piripiri
CVT Teresina – Centros de Capacitação da Fundação Wall Ferraz:
- Redenção
- Vermelha
- Piçarraeira
- Cerâmica Cil
- Poty Velho
- Lions Club

- Matadouro
- Itaperú
- Todos os Santos
- Tecelagem
- Parque Alvorada
- Satélite
- Chapadinha/Sul
- Leonel Brizola

Maranhão

CVT/Sítio do Tamancão

CVT Beberibe - CE



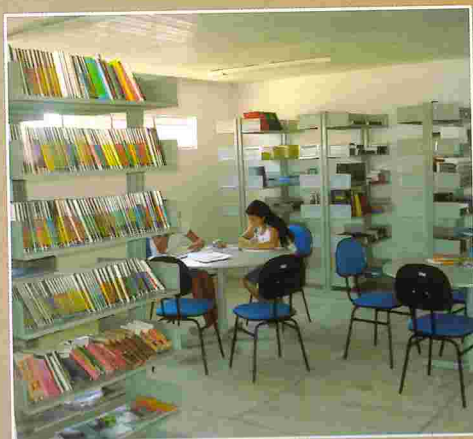
O CVT Rui Facó, em Beberibe (CE), se consolida como uma organização social prestando relevantes serviços à população das regiões de Fortim, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Aquiraz e Eusébio, no Ceará, formando seus municípios, promovendo a inclusão social e desenvolvendo a economia local. Este sucesso é resultado de um conjunto de parcerias com as prefeituras municipais e outras instituições que foram imprescindíveis para a construção dessa história de conquistas e êxitos.

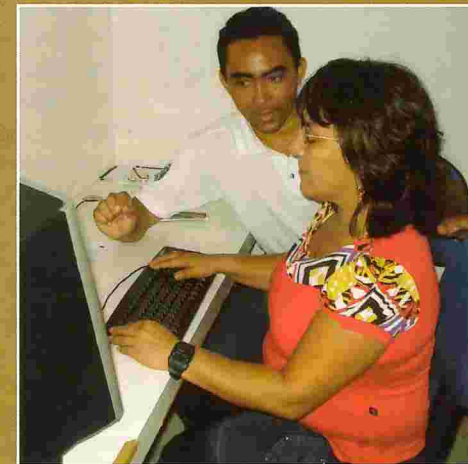
O CVT iniciou suas atividades em agosto de 1999, sendo, portanto, uma das unidades precursoras da história do programa. Oferece à população cursos de formação inicial e continuada nas áreas de agropecuária, comércio, construção civil, gestão, indústria, informática, meio ambiente, química e recursos pesqueiros, manutenção mecânica industrial, informática específica, linguagem e programação java, empreendedorismo, taxidermia, manutenção de computadores, excelência no atendimento, processamento de frutas, qualidade em atendimento, assistente administrativo, processamento de pescado, marketing pessoal, excel específico, relações interpessoais, word e powerpoint, além de cursos para deficientes visuais usando o virtual vision. Desde a sua implantação, em agosto de 1999, até 2012, o CVT treinou nos cursos de formação inicial e continuada 9.188 pessoas. O acompanhamento de egressos é feito por meio de amostragem anual, com média de 80 questionários preenchidos.

São realizadas aulas práticas nos laboratórios específicos de física, química, biologia e matemática, onde também são feitas as capacitações de professores de ciências. Por meio do projeto CVT Itinerante, os equipamentos dos laboratórios de física, química, biologia e matemática são levados para as escolas municipais e distritos mais distantes, produzindo e difundindo conhecimentos. É o CVT mais perto da população. Os alunos das escolas, por meio de agendamento, vão ao CVT para aulas práticas nos laboratórios e, em outro momento, os laboratoristas vão às escolas para realizar atividades práticas. Foram realizados em média dez mil atendimentos nos últimos anos pelo CVT Itinerante. O CVT Rui Facó é referência na educação dos municípios onde atua, ensinando uma nova forma de vivenciar a ciência, proporcionando aulas mais prazerosas, facilitando o processo ensino e aprendizagem.

Em parceria com a prefeitura municipal de Beberibe, o CVT desenvolve a Farmácia Viva, com horto de plantas medicinais, onde são produzidos medicamentos fitoterápicos e, com a prescrição de médicos e enfermeiros, são distribuídos gratuitamente para a população. Toda a massa verde é produzida no horto de plantas medicinais do CVT, onde também são realizados cursos de capacitação em manipulação de plantas medicinais. São produzidos em média dez mil medicamentos por ano entre xaropes, pomadas, sabonetes e tinturas, além do produto oficial como a pasta d'água.

Por meio da Universidade Aberta do Brasil, o CVT oferece cursos de graduação e de especialização pela Universidade Federal do Ceará e Estadual do Ceará. São 23 turmas





distribuídas nos cursos de graduação em Administração, Inglês, Física, Matemática, Biologia, Informática, Pedagogia e especialização em Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde e Gestão Escolar. Já são 894 alunos matriculados em todas as turmas somente em 2013. O Polo UAB de Beberibe é estadual e tem parceria com o município de Beberibe.

O CVT de Beberibe disponibiliza em sua estrutura física sala para coordenação, secretaria, sala de professores, banheiros (um com acessibilidade), laboratórios de informática, sala de vídeo conferência, auditório para 60 pessoas, laboratórios de física, de química, de biologia, de matemática e de eletromecânica, salas polivalentes, depósito, biblioteca com incubadora digital com seis computadores, laboratório para manipulação de fitoterápicos e horto de plantas medicinais.

Dentro da região de abrangência, vinculado ao CVT Rui Facó, existe um NIT (Núcleo de Informação Tecnológica), localizado na cidade de Fortim, inaugurado no dia 29 de dezembro de 2006, formando e dando condições, em especial a crianças, jovens, adultos, servidores municipais e públicos em geral, de se aperfeiçoarem e estarem aptos a enfrentar o disputado mercado de trabalho. A meta do NIT é tornar-se um centro de referência na área do turismo e hospitalidade, que é a vocação de Fortim, qualificando cada vez mais mão de obra nesta área. O NIT atua nas mesmas áreas do CVT e conta com uma estrutura física composta por salas polivalentes, laboratório de informática, laboratório de matemática, auditório com capacidade para 110 pessoas, secretaria, recepção, cantina, banheiros com acessibilidade. Confira o blog de divulgação das ações: <http://nit-fortim.blogspot.com.br>.

O CVT também coordenou a segunda fase da OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática) no município. Os alunos são preparados nos laboratórios durante todo o ano e os professores de matemática passam por uma capacitação específica. O trabalho já deu resultados. O município possui alunos medalhistas na Olimpíada e com menções honrosas nos últimos três anos.

O CVT também participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em que são atendidas em média 1800 pessoas durante os cinco dias de realização do evento. São oferecidas atividades que despertem nos jovens o interesse pela ciência, a preocupação com o meio ambiente, a preservação da vida no planeta e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Anualmente é realizada a Feira das Profissões, com os cursos de biologia, pedagogia, matemática, física, administração de empresas, administração de gestão pública, informática e letras inglês. O evento é apresentado pelos alunos dos cursos de graduação, tendo como público alvo os alunos do ensino médio e/ou egressos do ensino médio.

Também é desenvolvido o projeto de Inclusão Digital Infantil, oferecido no período de férias, duas vezes por ano, na Unidade NIT de Fortim, onde são atendidas crianças de 8 a 15 anos, com uma média de atendimento de 260 crianças por ano, desenvolvendo atividades de informática em 20 horas de inclusão digital.

Blog para a divulgação da Unidade: <http://www.cvtbeberibe.blogspot.com.br>.

CVT Pau dos Ferros (RN)

A implantação do CVT no município de Pau dos Ferros foi um projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em convênio firmado em 2003 com o governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SEDEC).

O CVT foi inaugurado em março de 2007. Com a sua implantação, a região do alto oeste teve a oportunidade de obter mais informações no campo da educação, pesquisa e interação com o setor produtivo, através da qualificação e capacitação de vários profissionais. Foram ofertados inicialmente cursos específicos na área de serviços técnicos e de cursos de extensão na área de processos produtivos.

A estrutura de ensino do CVT foi estabelecida com base em laboratórios e oficinas, nas áreas de física, química, biologia, eletromecânica e, futuramente, de uma biblioteca multimídia, contendo um laboratório de informática.

No início do CVT, a gestão ficou a cargo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que dinamizou toda a programação de cursos e atividades que foram disponibilizadas para a comunidade.

Os recursos destinados foram na ordem de R\$1.053.553,06, sendo R\$ 500 mil do Ministério da Ciência e Tecnologia e R\$ 553.553,06 mil por parte do governo do

Estado. A contrapartida da prefeitura de Pau dos Ferros foi a disponibilização de recursos humanos que deram suporte às rotinas administrativas do CVT.

Os participantes dos cursos profissionalizantes foram beneficiados pelo programa Talento Jovem e recebiam uma bolsa no valor de R\$ 80,00. Cada aluno recebe este valor bancado pelo governo federal. O governo do estado entrou com a contrapartida do suporte técnico e o acompanhamento do programa.

O CVT funcionou sobre a gestão da UERN por dois anos, e, a partir de 2009, passou a funcionar sobre a gestão do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Pau dos Ferros, utilizando os laboratórios de física, química e biologia e informática.

Em 2012, o CVT passou a ser reestruturado para o funcionamento da “Fábrica Escola”, projeto que foi financiado pelo Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania. O referido projeto tem a duração de dois anos e tem por objetivo construir alternativas de aproveitamento integral das frutas tropicais de forma sustentável.

O projeto “Fábrica Escola: Beneficiando o pedúnculo do caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda para a região oeste do RN” objetiva construir alternativas sustentáveis de valorização integral do caju e de frutas tropicais, de forma a apresentar produtos, tais como bebida, sucos, conservas, entre outras, a partir do pseudofruto (pedúnculo), bem como a utilização das fibras oriundas do processamento para ser adicionada à ração animal.



CVT Ceres (GO)

O Centro Vocacional Tecnológico Professor Antônio José de Faria – CVT de Ceres – foi inaugurado em 1 de junho de 2009. Com a vocação na área de confecção industrial de roupas, o CVT oferece cursos de costura industrial, modelista de roupas, cortador de confecção, desenho de moda, bordado industrial e operador do sistema CAD.

O CVT está localizado no centro da cidade de Ceres, no prédio da ACICER – Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma, parceria realizada por meio de Contrato de Comodato. A unidade possui seis salas de aula devidamente equipadas com máquinas, computadores, mesas, cadeiras, lousas e tudo mais que se faça necessário para um bom ensino (uma sala para bordado industrial / uma sala para costura industrial / uma sala para desenho de moda / uma sala para modelagem de moda / duas salas para o curso do CAD).

Desde o início das atividades do CVT já foram atendidos 1.015 alunos, levando em consideração todos os cursos oferecidos. É interessante ressaltar que estes alunos não são apenas da cidade de Ceres; outras cidades vizinhas têm tido grande número de alunos que estão se profissionalizando através do CVT de Ceres.

Em Ceres, toda e qualquer qualificação profissional é de grande importância para a comunidade, tendo em vista que o mercado de trabalho está altamente exigente e cada vez mais cheio. Sendo assim, não é somente a pessoa que ganha como profissional, mas todo o município e, conseqüentemente, o Brasil. O crescimento do cidadão interfere em todo o meio. O CVT de Ceres qualifica gratuitamente o profissional, o insere no mercado de trabalho, disponibiliza qualidade de mão de obra para o mercado por meio dos excelentes cursos e professores, e acaba se tornando referência para os empresários de municípios vizinhos.

Pode-se ainda ressaltar a grande importância do CVT de Ceres na renda familiar dos alunos atendidos, além de contribuir para a autoestima de cada um, ao proporcionar o aprendizado de uma profissão.

Além dos cursos profissionalizantes oferecidos, ministrados pelos professores do SENAI, o CVT disponibiliza ainda cursos de empreendedorismo, associativismo, qualidade e produtividade, administração de pequenas e médias empresas, fluxo de caixa, e outros cursos ministrados pelo SEBRAE – Agência Ceres.

C Região Centro-Oeste

Brasília

CVT Brasília
CVT Sobradinho
CVT Ceilândia
CVT Asa Norte

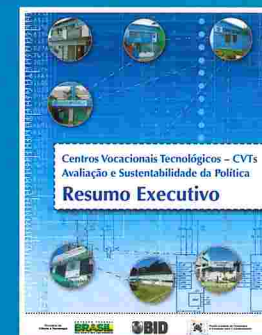
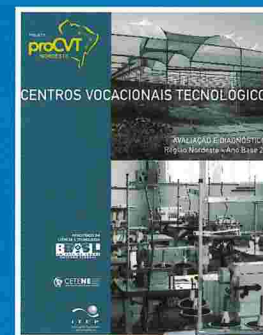
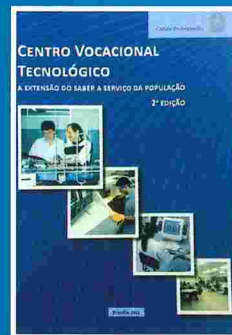
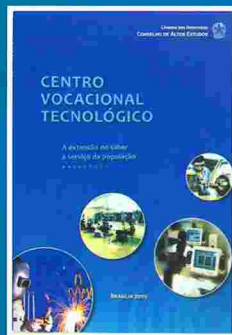
Goiás

CVT Ceres
CVT Jaraguá
CVT Nova Veneza
CVT Itapirapuã

Mato Grosso

CVT Chapada dos Guimarães
CVT Cáceres





2008: Avaliação e
definição de modelos

5.

Em 2008 foi realizada a primeira avaliação do programa, resultando na publicação, em 2010, do livro “Avaliação do Programa de Apoio à Implantação e Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos”, produzido pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). O objetivo geral do estudo foi extrair lições da experiência do governo federal na formulação, implementação e operação dos CVTs, no período 2003-2008, avaliando seu processo de implementação e os resultados alcançados. A orientação central da avaliação foi o entendimento de que o programa teria sua efetividade ampliada consideravelmente se desenvolvido de forma articulada com outros parceiros, dentre eles órgãos federais, como os ministérios da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, que possuem interesses, programas, ações e recursos que podem ser canalizados para fortalecer a sustentabilidade dos CVTs. A mesma linha de ação também foi sugerida para as parcerias estaduais e municipais.

Documento de Referência - Como resultado dessa primeira avaliação, foi feita a remodelagem dos projetos e propostas a serem apresentados para a implantação e modernização dos CVTs. Essa redefinição resultou na publicação, em 2010, da Portaria SECIS nº 34, de 19 de dezembro, que aprovou o Documento de Referência com conceituações, diretrizes e orientações que conferiram um novo panorama para a continuidade e sustentabilidade dos CVTs (Ação 8960 do programa 0471 – C,T&I para Inclusão e Desenvolvimento Social, parte integrante do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação - PACTI do Governo Federal, e em conformidade com a Portaria MCT nº 291, de 20.04.2010).

O Documento de Referência definiu que o programa de CVTs seria implementado por meio dos instrumentos das agências executoras FINEP e CNPq (editais, carta convites, encomendas), vinculadas ao MCT, e por meio de execução direta da SECIS/MCT (convênios, termos de parceria ou de cooperação). O documento exigiu, para êxito do programa, a formulação de parcerias e/ou vínculos institucionais com organizações de ensino e pesquisa, sejam em âmbito municipal, estadual ou federal (Universidades, Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino, IFETs, entre outras). As parcerias buscavam a consolidação de valores, conhecimentos, habilidades, posturas específicas – tanto das Entidades Proponentes como daquelas que visavam a colaborar com o projeto – e a troca de informações e colaboração entre iguais. Dessa forma, buscou-se um arranjo institucional – sem perda de autonomia dos parceiros - que permitisse um correto desenvolvimento da execução do CVT e a busca de sustentabilidade para o seu sucesso.

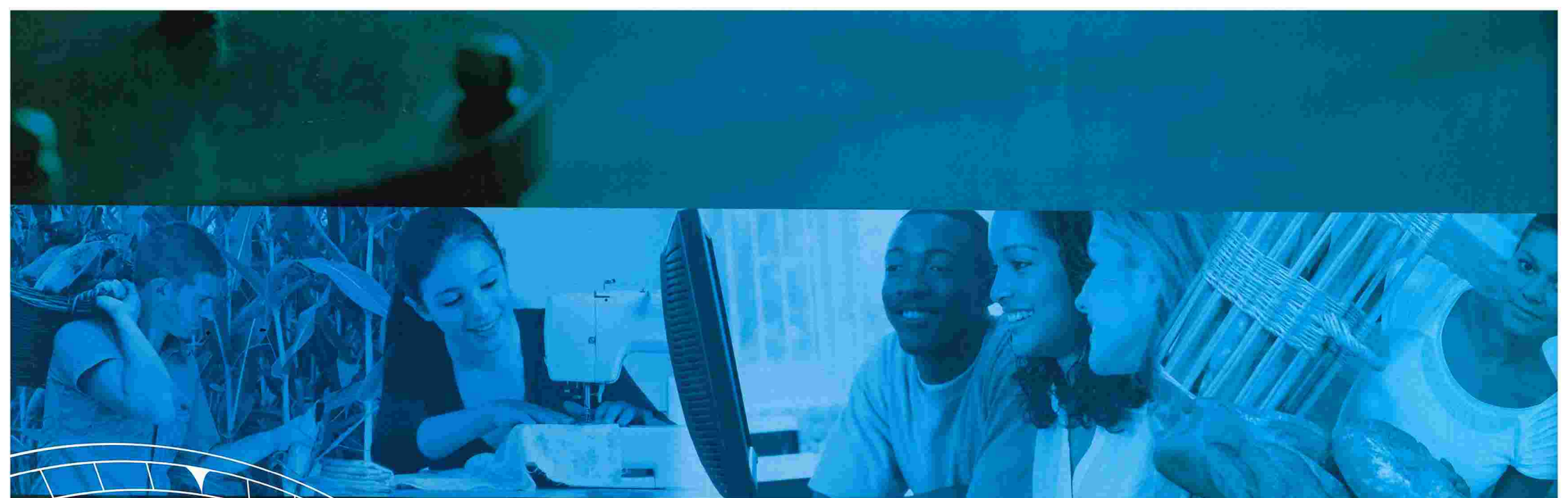
Finep - Ainda em 2008, foi publicada a Chamada Pública MCT/FINEP – Ação Transversal – Centros Vocacionais Tecnológicos – 5/2008, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro à implementação e modernização de Centros Voca-

cionais Tecnológicos (CVTs) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando à capacitação profissional voltada para a demanda produtiva local e em apoio ao ensino de ciências. Este edital teve o objetivo específico de ampliar a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas regiões escolhidas e de oferecer assistência técnica à população da região, com serviços ou produtos relacionados aos processos produtivos locais.

Câmara dos Deputados - Em 2009, o Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados publicou o livro “Centro Vocacional Tecnológico – A extensão do saber a serviço da população”, resultado de uma avaliação feita em 2007 sobre a capacitação tecnológica da população. O relatório final do trabalho apontou que deveriam ser desencadeadas ações no país, dentre elas a implantação dos CVTs, para superar a grave questão do analfabetismo funcional. Desta forma, o livro detalha o projeto de um CVT padrão, com sua concepção física, especificação de equipamentos laboratoriais, das oficinas, bibliotecas, salas de aula e multimídia. Uma segunda edição deste livro foi lançada em 2011, acrescentando a definição de quatro padrões de CVTs, a fim de atender as demandas tecnológicas inerentes às vocações regionais e facilitar o recebimento e a análise de projetos pela SECIS.

ProCVT – Uma parceria entre o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) e a Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP OS), com apoio da SECIS, resultou na criação do Projeto Avaliação, Modernização e Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos – ProCVT Nordeste. Em 2009, o ProCVT Nordeste publicou a primeira avaliação dos CVTs da região, com base em dados coletados em 2008. O trabalho apontou que, apesar de a região apresentar um quadro socioeconômico fragilizado em relação a outras regiões do país, os CVTs ampliam a oferta de pontos de acesso à qualificação profissional e ao conhecimento científico e tecnológico, incluindo as camadas vulneráveis da população em uma política regional integrada de educação e desenvolvimento social e econômico.

BID – Cooperação técnica entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com apoio do Fundo Coreano de Tecnologia e de Inovação para o Conhecimento, produziu, em 2011, o Resumo Executivo denominado “Centros Vocacionais Tecnológicos – Avaliação e Sustentabilidade da Política”. O projeto teve como objetivo avaliar de forma abrangente a estratégia de implantação dos CVTs por parte do governo brasileiro. Realizado em três etapas de pesquisa, o trabalho está dividido em Componente I, que identifica os CVTs existentes e seus mecanismos legais e institucionais de criação; Componente II, que contemplou a visita a 51 unidades em três regiões geográficas e cinco estados; e Componente III, com a formulação de cinco Planos de Negócios.



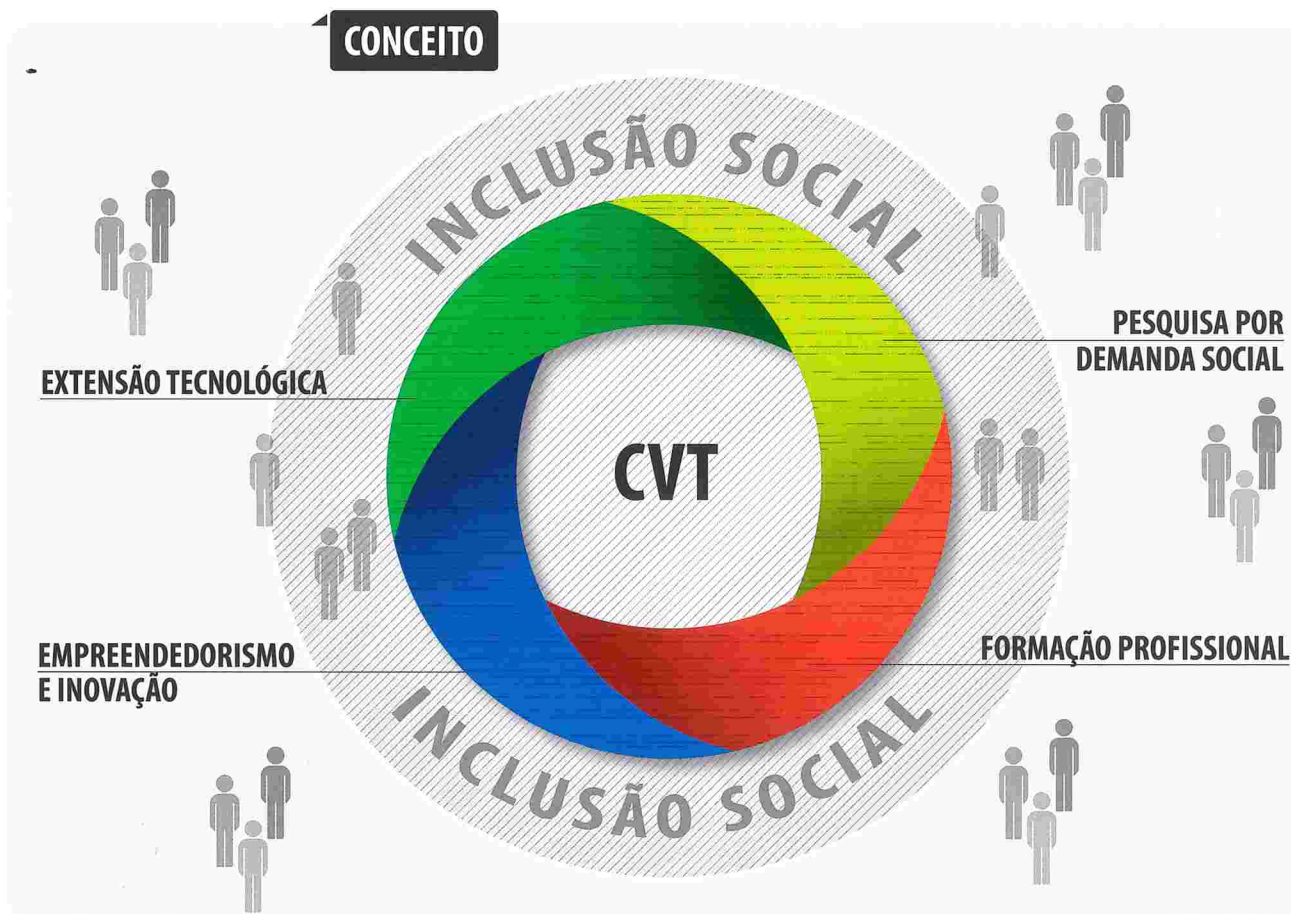
2012: Redefinição de conceitos



Em 2012 foi promovida uma reestruturação conceitual dos CVTs que culminou com a publicação, em junho do referido ano, do Documento de Referência para Apresentação, Habilitação e Seleção de Projetos, aprovado pela Portaria nº 34, de 21 de junho, que reformulou as rotinas de recebimento, análise e aprovação de projetos no âmbito da SECIS, conferindo melhorias na gestão dos processos.

A partir dessa reformulação, a política pública dos CVTs foi ganhando novas características, que resultou também na atualização de sua referência conceitual. O Centro Vocacional Tecnológico passou a ser considerado um ambiente tecnológico que articula a pesquisa por demanda social, a educação profissional e a extensão tecnológica voltadas ao desenvolvimento sustentável, fortalecimento dos sistemas produtivos locais, inserção social e redução da pobreza, instituindo-se a partir da articulação de esferas de governo, instituições de ciência/tecnologia/ inovação, sociedade civil organizada e setor produtivo.

A partir de 2012, passaram a ser selecionadas propostas de implantação ou modernização de CVT com foco em inovação tecnológica adaptada e orientada para a sustentabilidade da atividade produtiva local, estimulando o fomento da economia, o desenvolvimento das vocações econômicas de grupos populacionais urbanos, rurais e povos tradicionais, a atuação das organizações envolvidas em redes de parceria e o intercâmbio de experiências.



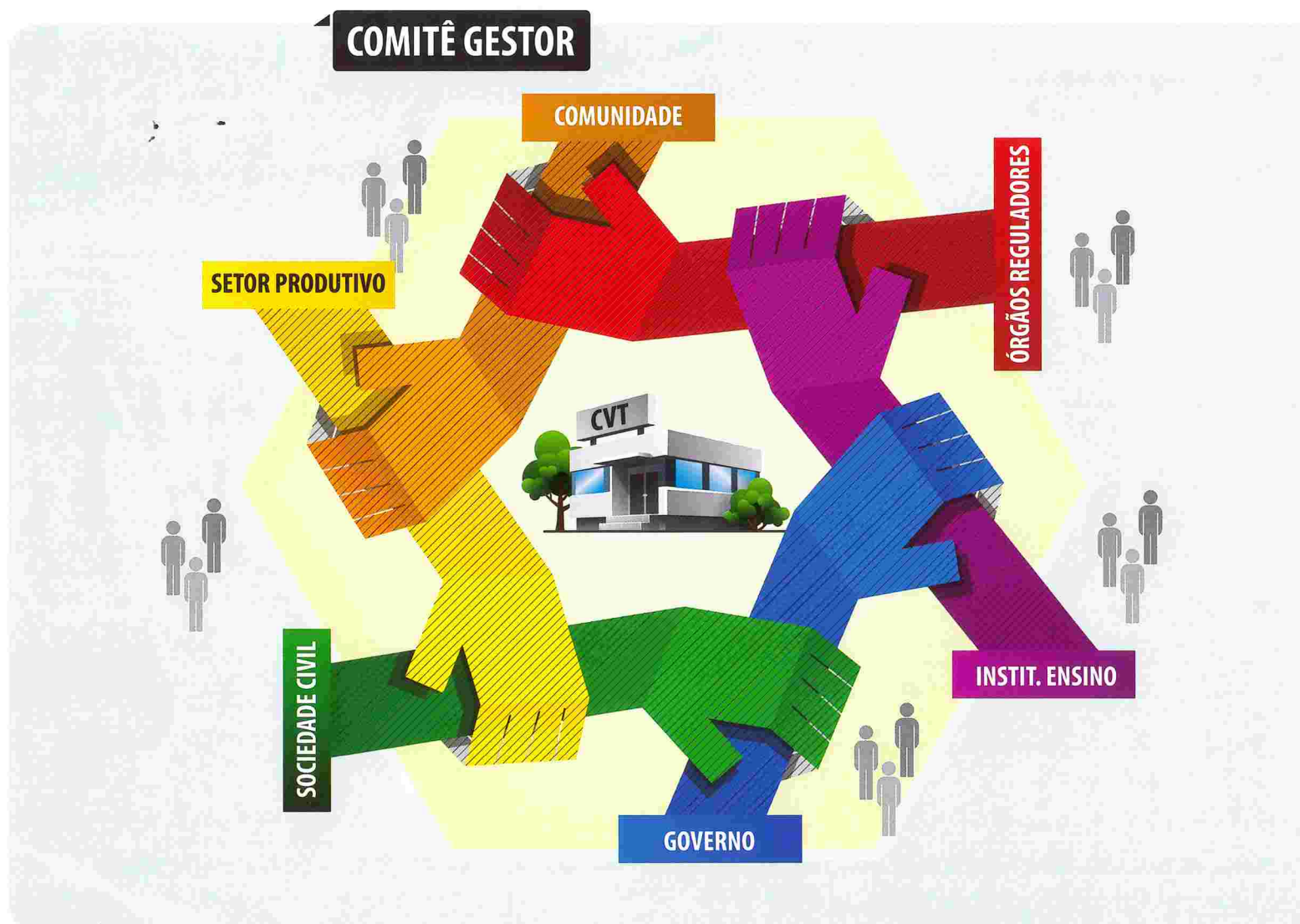
Os principais parceiros na implantação e gestão do CVT passam a ser os Institutos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IF), as Instituições de Ensino Superior (IES), as Unidades de Pesquisa (UP) vinculadas ao MCTI, prefeituras e governos de estados, por meio das secretarias responsáveis pela pasta de ciência e tecnologia.

Objetivo geral a partir de 2012:

- Expandir e consolidar a implantação de uma rede de referência em extensão tecnológica, articulada à educação profissional e a pesquisa por demanda social voltada à inclusão social e produtiva.

Objetivos específicos a partir de 2012:

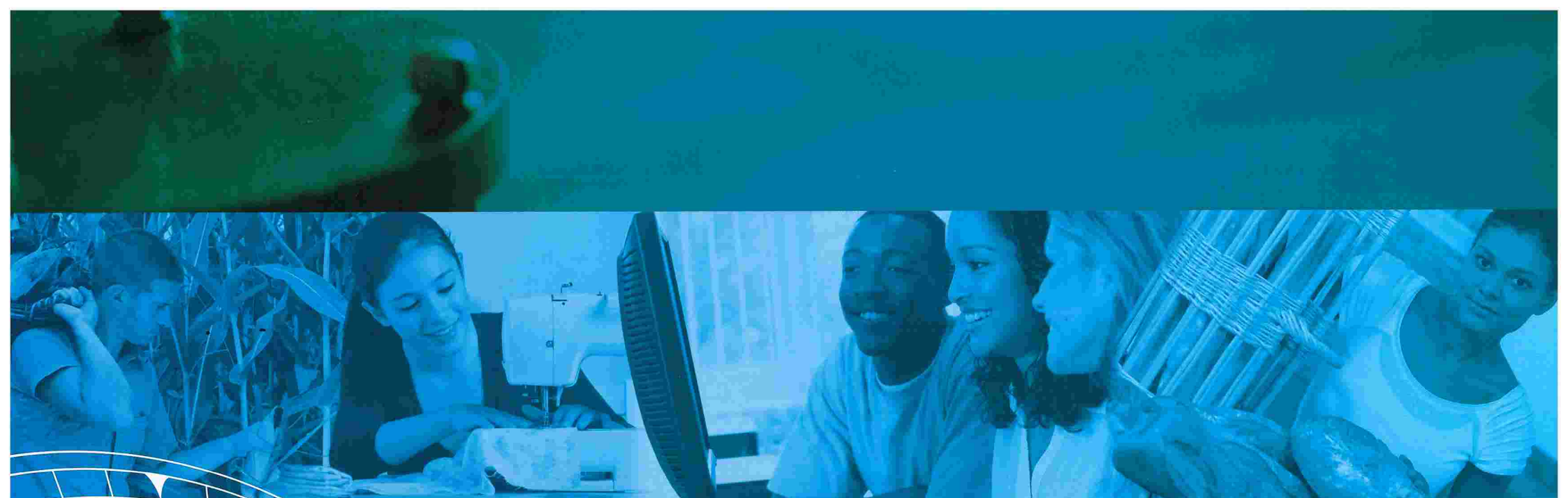
- Promover a inclusão e o desenvolvimento social sustentável por meio da articulação de ações governamentais, especialmente a promoção da extensão tecnológica articulada à pesquisa por demanda social e à educação profissional e tecnológica.
- Promover a articulação entre pesquisa aplicada, extensão tecnológica e educação tecnológica e profissional orientadas ao desenvolvimento das vocações econômicas locais e a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações em situação de extrema pobreza e de baixa renda.
- Identificar e desenvolver, baseado nas demandas locais e em metodologias participativas, conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais com foco no aprimoramento dos sistemas produtivos locais/regionais.
- Apoiar ações de democratização das informações e a popularização da Ciência e Tecnologia.
- Promover a articulação dos diversos atores sociais locais/regionais por meio da proposta de gestão compartilhada do CVT.



O comitê gestor é a instância responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do plano de gestão e do projeto pedagógico a ser desenvolvido pelo CVT. Devem participar do comitê gestor representantes de instituições de ensino e pesquisa correlatas à área temática do projeto, do poder executivo local e da sociedade civil.

O comitê Gestor será responsável pelas seguintes atribuições:

- a) Coordenação Geral: atividades de planejamento e gestão das atividades administrativas e técnico-pedagógicas.
- b) Coordenação Pedagógica: organização e desenvolvimento do programa técnico-pedagógico, envolvendo definição de conteúdos, corpo docente, grade de cursos e atividades de extensão tecnológica, bem como o processo de seleção, acompanhamento e avaliação do público beneficiário.
- c) Coordenação Administrativa: administração das parcerias com instituições intervenientes e das instalações e equipamentos disponíveis, inclusive dos serviços de manutenção e assistência técnica.



Rede CVT



Uma observação fundamental ao longo dos dez anos dos CVTs é que, em alguns estados, a sua organização e a sua gestão são feitas por meio de redes, sendo implantados e expandidos de forma articulada a outras políticas públicas, oferecendo apoio integral ao perfil da comunidade na qual o programa estruturante está inserido. Nessas localidades, os CVTs se expandiram e se consolidaram com base nessa sistemática, contando com a coordenação estadual. Alguns exemplos de formação dos CVTs em rede:

7.1 Rede Tecnológica de Pernambuco

Organograma Institucional de Governabilidade



Em Pernambuco, os CVTs integram a Rede Tecnológica de Pernambuco – RETEP, que apoia de forma integrada o desenvolvimento sustentável de arranjos e setores produtivos do estado, por meio da articulação em rede de instituições científicas e tecnológicas, universidades, órgãos de fomento, esferas de governo, centros tecnológicos, CVTs, escolas técnicas, setor produtivo e sociedade. A rede é formada por 25 CVTs, divididos em convênios com o ITEP e com as prefeituras municipais.

Em janeiro de 2011, com a publicação da Lei nº 14.264, houve a reestruturação de diversas secretarias do governo de Pernambuco, a SECTEC passou a ter a competência para formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, incluindo a atribuição de instituir e gerir centros tecnológicos e promover a educação profissional tecnológica. Com as alterações, ficaram sob responsabilidade da SECTEC as seguintes instituições: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (Facepe), Porto Digital, Universidade de Pernambuco (UPE), Espaço Ciência, Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP), TV Pernambuco, além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Os CVTs são coordenados pelo ITEP.

7.2 Rede CVT UAITEC – Minas Gerais

Em Minas Gerais, os CVTs também estão implantados em rede, sendo coordenados pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), por meio da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). Além dos CVTs, integram a rede os Telecentros. Atualmente, existem 84 CTVS e 487 Telecentros em todo o estado prestando atendimento às comunidades.

A Sects foi instituída pela Lei nº 14.797/2006, que alterou a denominação da então Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect/MG), criada pela Lei 6.953/1976. A Lei delegada nº 115/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Sects, cria as subsecretarias de Ensino Superior e a de Inovação e Inclusão Digital. Nessa mesma lei são ratificadas as finalidades e competências da Sects.

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC é um centro de pesquisa multidisciplinar, que tem como objetivo apoiar e impulsionar o desenvolvimento tecnológico das empresas mineiras e contribuir para o fortalecimento econômico do estado e do País. O CETEC acumula experiência e competência em suas áreas de atuação, resultado de intensa atividade em pesquisa e na prestação de serviços, constituindo-se em um aliado das empresas mineiras de grande, médio e pequeno porte na busca de novas alternativas tecnológicas para o seu desenvolvimento, além de ser também um órgão de suporte técnico das políticas públicas no estado.

A Rede CVT oferece 48 cursos de inclusão digital e social, realizados a distância e focados na área de agricultura e pecuária, cidadania, empreendedorismo, gestão de agronegócio, informática, meio ambiente e primeiro emprego. Os cursos são gratuitos e podem ser realizados por qualquer cidadão interessado.

Organograma Institucional de Governabilidade



7.3 Rede CVT do Ceará

Os CVTs no estado do Ceará estão ligados diretamente ao Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC. São 33 CVTs funcionando em rede, com a missão de promover a educação profissional e tecnológica por meio do ensino, pesquisa, inovação e extensão em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Criado em 9 de março de 1999, o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo do Estado do Ceará como Organização Social - OS, por meio do Decreto 25.927/2000.

Organograma Institucional de Governabilidade



A partir dos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT, unidades operacionais comandadas pela Diretoria de Extensão Tecnológica - DET, o Instituto CENTEC oferece cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores nas áreas de agropecuária, comércio, construção civil, gestão, indústria, informática, meio ambiente, química, recursos pesqueiros e turismo, através dos quais são difundidas as tecnologias geradas e adaptadas pela pesquisa. Essas mesmas unidades operacionais capacitam, em ciências, os professores das escolas públicas e oferecem práticas laboratoriais em física, química, biologia, matemática e informática, aos alunos dessas mesmas escolas, além de prestarem consultorias, assistência técnica e outras modalidades de extensão.

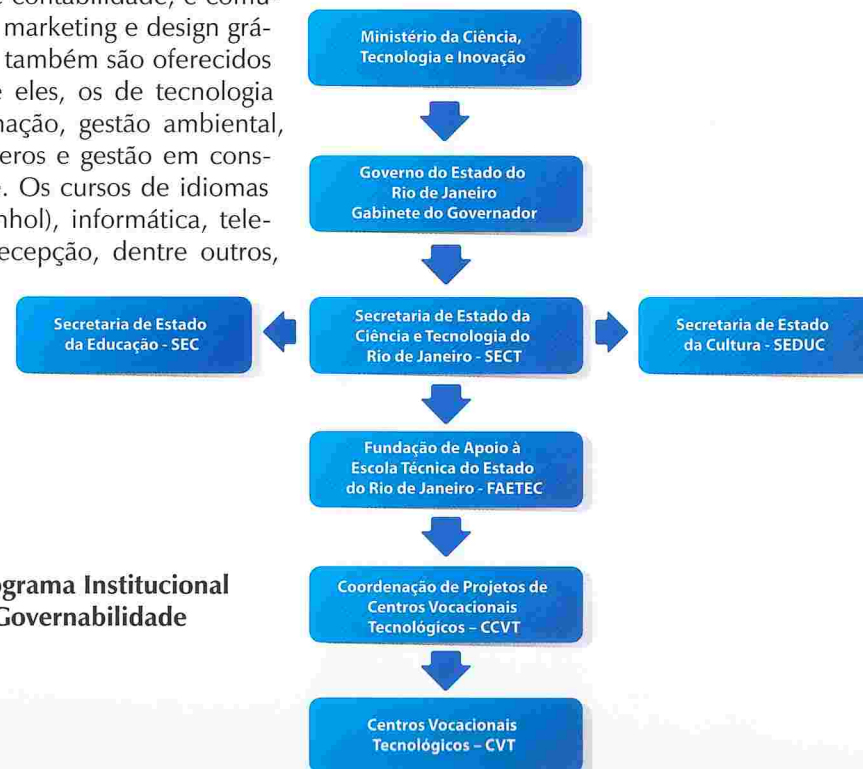
No âmbito do CENTEC, ainda foram criadas a FATEC - Faculdades de Tecnologia CENTEC, os Centros Vocacionais Técnicos; o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT; a Incubadora Tecnológica do Instituto CENTEC - INTECE; a Unidade Experimental de Pesquisa e Extensão - UEPE; o Núcleo de Informação Tecnológica - NITEC; e Centro de Formação de Instrutores - CFI.

7.4 Rede CVT do Rio de Janeiro

Os CVTs do estado do Rio de Janeiro estão vinculados à Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, criada em 10 de junho de 1997. A FAETEC reúne ainda escolas técnicas estaduais; unidades de educação infantil, ensino fundamental, industrial e comercial; institutos superiores de educação e tecnologia, e centros de educação tecnológica e profissionalizante, entre os quais os Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs. A FAETEC é vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Sect e oferece gratuitamente à população educação profissional técnica e tecnológica de qualidade e em diversos níveis de ensino. A rede no estado é formada por 37 CVTs, já tendo formado quase 90 mil alunos.

A estrutura de ensino da FAETEC apresenta de modo primordial a educação técnica como um pilar relevante na formação do indivíduo. Sendo assim, o aluno pode optar por uma gama de 40 cursos técnicos integrantes de distintas áreas, nas quais se podem ressaltar as destinadas ao segmento de saúde, como enfermagem e patologia clínica; gestão, administração e contabilidade, e comunicação, propaganda e marketing e design gráfico. Em nível superior, também são oferecidos inúmeros cursos, entre eles, os de tecnologia em sistemas de informação, gestão ambiental, de produção de polímeros e gestão em construção naval e offshore. Os cursos de idiomas (inglês, francês e espanhol), informática, telemarketing, vendas e recepção, dentre outros, com duração média de quatro meses, também compõem esta rede de ensino da FAETEC.

Organograma Institucional de Governabilidade



7.5 CentrAlCiência – Rede CVT do Pará

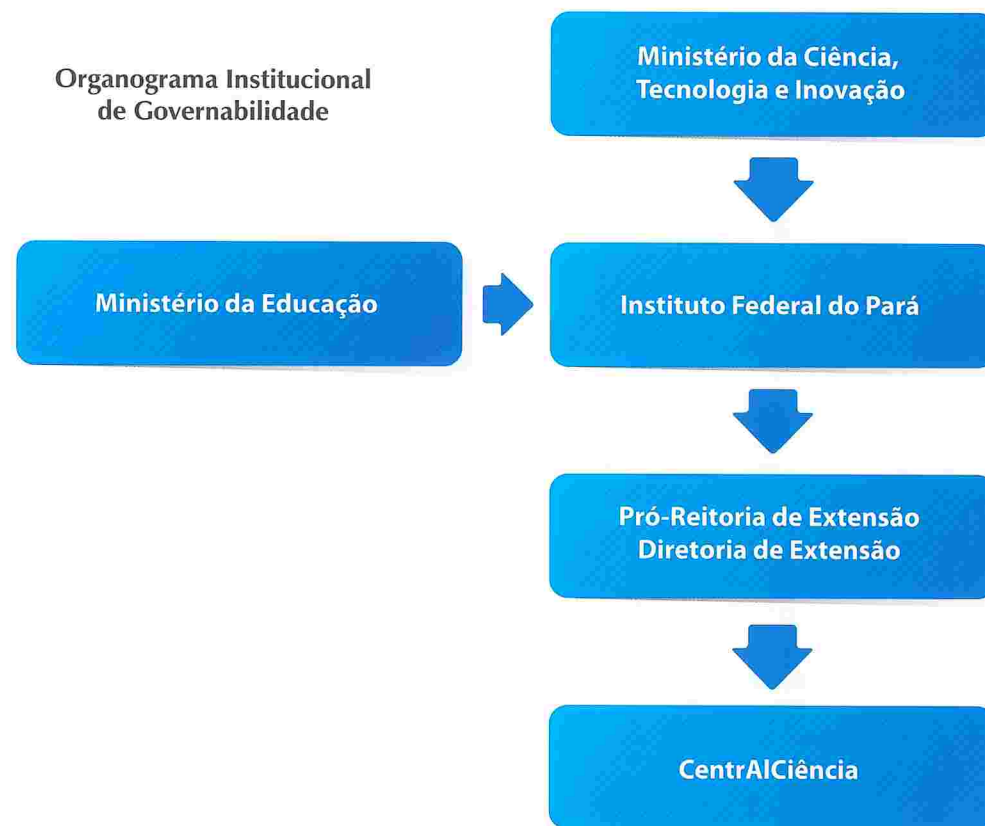
O CentrAlCiência (Centro de Recursos em Educação Científica, Tecnológica e Ambiental - Rede Ciência para Cidadania) foi implementado em 2004 no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) por meio de Termo de Compromisso firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com a Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC).

Em 2006, por meio de Termo de Compromisso firmado entre o MCT/SECIS e a Universidade Federal do Pará (UFPA), iniciou-se a implantação da Rede Ciência para Cidadania.

Em 2009, uma nova parceria foi realizada entre o MCTI/SECIS e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPa), com o intuito de ampliar e implementar as ações do CentrAlCiência nos municípios do estado, viabilizando a certificação dos cursos profissionalizantes e de formação continuada, visando à maximização do atendimento às comunidades locais, e estruturando as bases implantadas nos municípios parceiros.

No IFPa, a partir da reestruturação do sistema federal de ensino, que ampliou a atuação dos agora denominados Institutos Federais, foi possível promover as ações do CentrAlCiência em todos os níveis de ensino, principalmente utilizando a educação a distância, e permitindo a realização de cursos técnico-profissionalizantes e de valorização social às populações mais carentes e à sociedade em geral, em várias áreas tecnológicas que são de domínios da instituição. Tendo em vista o caráter estratégico do CentrAlCiência, em 2012 o Centro foi inserido na estrutura organizacional do Instituto Federal do Pará como um Programa vinculado à Diretoria de Extensão da Pró Reitoria de Extensão, resguardando os objetivos para os quais foi criado, tornando-o perene.

A 1ª fase compreende a implantação de 11 Núcleos Municipais, destacando-se a Unidade Matriz do CentrAlCiência em Belém, e nos Municípios: Abaetetuba, Altamira, Augusto Corrêa, Bragança, Breves, Irituia, Novo Repartimento, Santarém, Santa Izabel e São Francisco. A 2ª fase compreende a implantação de 20 novos Núcleos até 2014 nos Municípios de Ananindeua, Acará, Curuçá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Cametá, Capanema, Igarapé-Mirim, Itaituba, Marabá Industrial/Rural, Marapanim, Mocajuba, Oriximiná, Parauapebas, Terra Alta, Vigia de Nazaré e Viseu.





CVTs – Um Modelo de Extensão Tecnológica



8.1 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica



Os Centros Vocacionais Tecnológicos, em parceria com os Institutos Federais, estão inseridos na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnao), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012.

Para a estruturação desta rede de formação de recursos humanos qualificados, a SECIS em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) formularam edital para a composição de 60 Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEA).

Cabe aos Institutos Federais, sob coordenação do MEC, encaminhar as propostas para formação dos núcleos, que devem conter o cronograma, os recursos financeiros a serem aplicados e sua origem, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade e de parâmetros objetivos de julgamento e informações necessárias ao desenvolvimento adequado do trabalho. Os núcleos serão estruturados dentro dos próprios institutos.

Para submeter a proposta, o Instituto deve ministrar cursos de agroecologia com a modalidade de extensão tecnológica para pesquisa em campo. Os institutos deverão incluir na proposta, a constituição de um CVT para a formação de recursos humanos na prática, tanto de seus estudantes, quanto de agricultores beneficiados pelo programa. O instituto também será responsável pela manutenção do CVT.

A previsão inicial é que os recursos para a composição de novos CVTs sejam disponibilizados por meio de parceria entre MCTI, MEC e Mapa, após a seleção das propostas. Os novos CVTs deverão ser constituídos no âmbito estadual ou do bioma, para o desenvolvimento rural sustentável considerando os conhecimentos e práticas de produção orgânica e de base agroecológica.

Extensão Tecnológica - Os NEAs serão os responsáveis pelas atividades de ensino e pesquisa da modalidade de extensão tecnológica dos institutos federais. Assim, com o auxílio dos centros vocacionais, os alunos do instituto terão duas bases para o estudo de caso, após as pesquisas de campo, que serão efetuadas junto ao agricultor familiar.

Esses núcleos e os centros serão utilizados, num segundo momento, como sala de aula aos agricultores familiares, que serão capacitados para lidar com os problemas detectados pelos estudantes em seu cultivo. Os núcleos terão capacidade de atender cerca de dez

famílias simultaneamente, durante 24 meses. Já os Centros de Vocação Tecnológica estaduais poderão atender cerca de 20 famílias, enquanto os biomas atenderão outras 40.

Ação

Implantação, em parceria com o MEC, o MAPA e o CNPq, da Rede de CVTs em Agroecologia e Produção Orgânica, atendendo ao Plano Brasil Agroecológico, que prevê a implantação até 2014 de 40 Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e 20 CVTs. Em 2012, por meio do Edital 46/2012, o CNPq recebeu um total de 58 propostas, sendo 48 submetidas para a Linha 1 (NEAs), oito propostas para a Linha 2 (CVT – UF) e duas propostas submetidas para a Linha 3 (CVT – Bioma). Das 58 propostas, foram aprovadas 22 para o apoio à implantação da Rede de Agroecologia, sendo 17 NEAs e cinco CVTs. NEAs - 1 PR, 5 MG, 1 CE, 2 PB, 2 RS, 1 MA, 1 DF, 1 ES, 1 PA, 1 SC, 1 RN. CVTs - (um em cada estado) RJ, PE, PA, SP, AC.

8.2 CVT Bambu



A SECIS pretende, a partir de 2013, em parceria com os ministérios signatários da Lei 12.484/2011, estabelecer a infraestrutura básica de produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico para a implementação da Política Nacional de Manejo Sustentado e Cultivo do Bambu, com especial atenção à agricultura familiar. As ações previstas envolvem a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos em diversas regiões do país voltados à pesquisa aplicada em bambu atuando em rede e beneficiando-se de acordos internacionais de cooperação. As áreas de atuação compreendem o desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo e plantio, levantamento e identificação de espécies nativas, utilização como floresta energética bem como aplicações industriais de alto valor agregado.

Ação:

- Acompanhamento da implantação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu – Redebambu/BR (Edital MCT/CNPq/CT-Agro 25/2008), instituída por meio do apoio financeiro a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento com vistas à inovação e difusão de conhecimento ambiental e de tecnologias do emprego dos bambus nos setores da construção civil, da indústria de móveis e de outros artefatos. Apresentou como resultado a mobilização de diversas universidades em torno do tema, facilitando a troca de informações e parcerias bem como a realização de seminário no Acre, em 2010. Em 2013, estão previstas ações para fortalecimento da infraestrutura de pesquisa aplicada em bambu em todas as regiões do país.

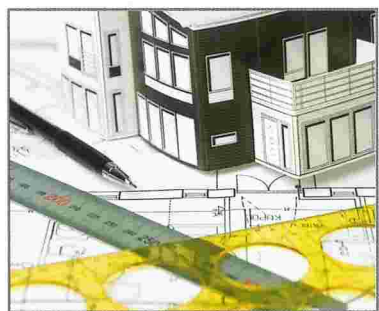
- Cooperação Tecnológica para Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Bambu no Brasil: Memorando de entendimento firmado com o Governo da República Popular da China com atividades já iniciadas e missões oficiais realizadas nos anos de 2010, 2011 e 2012, quando foi organizada missão técnica com delegação de 12 representantes de diversos setores, incluindo governo, iniciativa privada e sociedade civil. Memorandos de entendimento com Colômbia e Cuba em fase de negociação. Participação ativa na proposta de ingresso do Brasil na Rede Internacional de Bambu e Vime- INBAR em conjunto com o Itamaraty.

- Projeto Habitação Verde: Uso do bambu como material alternativo de construção e para fabricação de componentes. Utilização de materiais e técnicas de menor impacto ambiental para a construção civil.

- Serviços ambientais:

- Utilização de bambu para recuperação de áreas degradadas.
- Biotecnologia - insumos para fabricação de cosméticos e complementos alimentares.
- Alimentos - estímulo à produção de brotos de bambu para alimentação

8.3 CVT/APL (MDIC)



Os Arranjos Produtivos Locais (APL) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições financeiras e de ensino e pesquisa. Para começar a funcionar, um APL deve ter um número significativo de empreendimentos no território e de pessoas que atuem em uma atividade produtiva predominante.

O projeto prioritário de Arranjos Produtivos Locais é implementado em parceria com as agências executoras Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e CNPq, por meio de editais, cartas convite, encomendas, e executado pela SECIS, por meio de convênios, termos de parceria ou de cooperação.

A SECIS, em sua missão de consolidar e aprofundar o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação na promoção do desenvolvimento regional e local, aumenta a competitividade dos APLs, por meio de mecanismos que estabeleçam e potencializem processos de aprendizado e inovação. Um exemplo disso é a parceria entre MCTI, MDIC, CNPq e IBICT na construção de um

sistema integrado de gestão de conhecimento em APLs, como forma de difundir pesquisas e boas práticas, acompanhar e avaliar projetos, aumentar a eficiência e evitar a superposição e falta de coordenação entre as iniciativas governamentais e privadas.

Ações:

- Articulação com o MDIC – Articulação da ação de APLs com o objetivo de estabelecer estratégias de vínculo direto com as políticas de CVT. Para isso, o MCTI apoia financeiramente a construção do portal de APLs com links remetendo aos CVTs. O portal APL/CVT visa mostrar de forma sistematizada a organização dos CVTs e a constituição de um ambiente de rede (rede de conhecimentos, de tecnologias sociais e, principalmente, de gestão e sustentabilidade dos CVTs).

- Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais e micro e pequenos empreendimentos.

- O programa de APL, a partir de 2012, passou a ser articulado com a ação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

8.4 CVT/Segurança Alimentar (MDS)



A SECIS pretende, a partir de 2013, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), lançar edital com o CNPq para fomento a Centros Vocacionais Tecnológicos em Segurança Alimentar e Nutricional (CVT-SAN). O objetivo é desenvolver capacidades de forma participativa com os trabalhadores e usuários dos equipamentos públicos de SAN (cozinhas comunitárias, restaurantes populares, bancos de alimentos, unidades de distribuição da agricultura familiar), por meio da extensão articulada com o ensino e a pesquisa aplicada, bem como fomentar processos de desenvolvimento local em SAN.

Ações:

- Programa Brasil Sem Miséria - Implantação de 100 CVTs em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), vinculados aos Territórios da Cidadania.

- Estratégias para a implementação de ações de incentivo à pesquisa e extensão em SAN:

- Realização de eventos de acompanhamento dos projetos;
- Realização de Chamamento Público em CVT SAN;
- Implantação de um CVT SAN Modelo na UFPb;
- Realização de eventos de divulgação científica.

- Estratégias para a implementação de ações da Rede Nacional de Núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento em CVT SAN:
 - Realização de reuniões anuais da Rede Nacional;
 - Desenvolvimento de um programa permanente de bolsas de pesquisa em SAN –SECIS/ CNPq– e de bolsas do Ciências sem Fronteira voltadas para pesquisadores de SAN;
 - Estruturação de novos núcleos no país, priorizando as universidades públicas federais, estaduais e municipais.
 - Programa de estruturação de infraestrutura para núcleos de pesquisa e desenvolvimento em SAN.

8.5 CVT/Economia Criativa (MC)



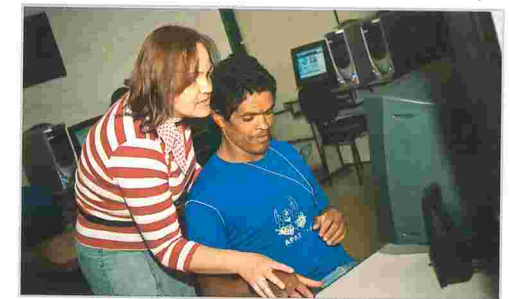
O Plano Brasil Criativo tem o objetivo de estimular e fortalecer a Economia Criativa, conceito relativamente novo que engloba a produção de bens, serviços e tecnologias, em diversas áreas, cuja matéria-prima de maior valor é a criatividade, a capacidade intelectual e o domínio técnico.

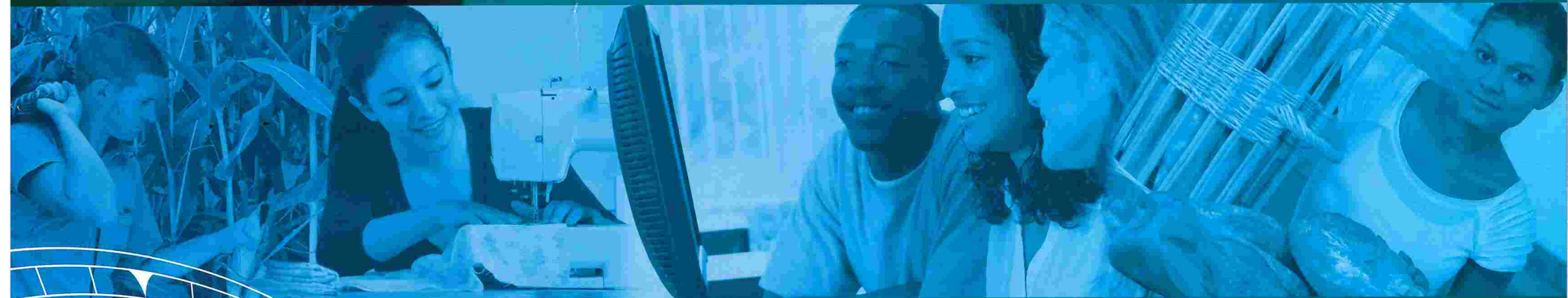
Em desenvolvimento pelo Ministério da Cultura (MinC) desde o início de 2011 e sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, o Plano Brasil Criativo propõe a integração de políticas e programas de diferentes setores de governo.

O objetivo é fortalecer a Economia Criativa Brasileira e inserir os segmentos criativos nas estratégias governamentais para o desenvolvimento do país, integrando e potencializando as políticas públicas.

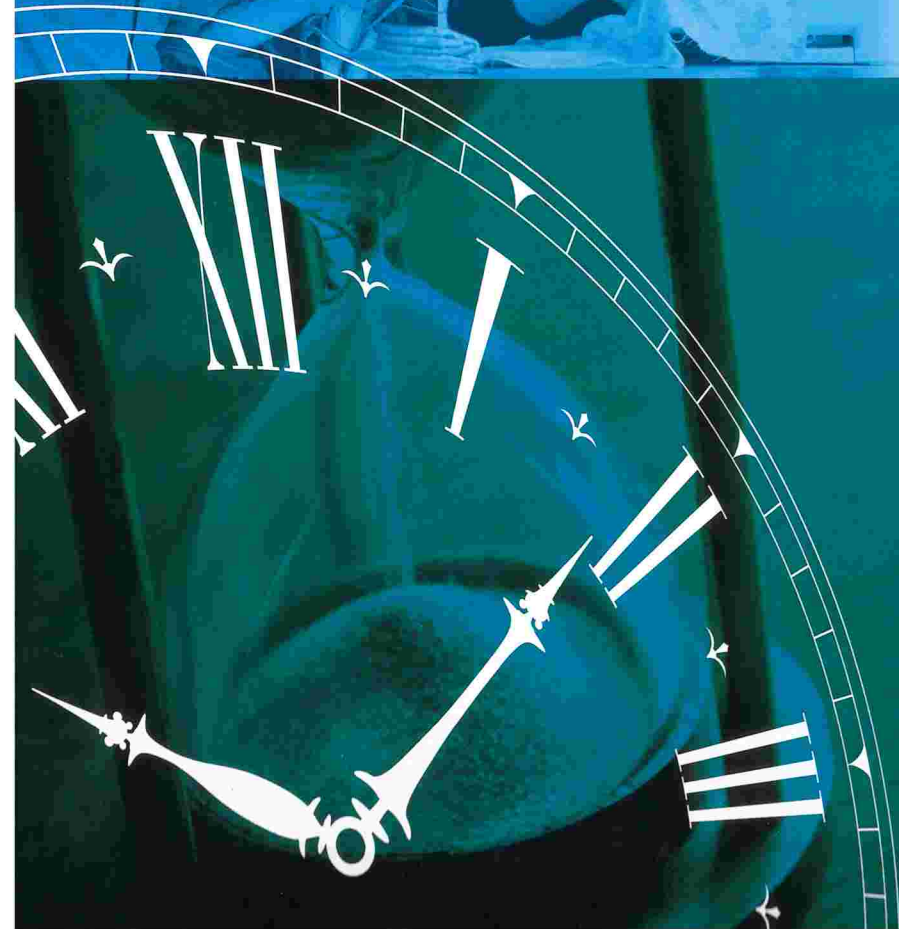
Atuação do MCTI:

- Formação para Competências Criativas.
- Formação e qualificação de profissionais atuantes em empreendimentos e negócios voltados para o desenvolvimento de jogos eletrônicos e novas mídias.
- Formação e qualificação de profissionais atuantes em empreendimentos e negócios dos Setores Criativos via Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).
- Fomento ao Empreendedorismo - Fomento a redes e coletivos via aplicativos e ferramentas do ambiente digital Territórios Criativos
- Institucionalização de territórios criativos em articulação com o projeto Cidades Inteligentes do MCTI.





Rede Nacional de CVTs





Equipe técnica responsável por esta publicação:

Organização
Sônia da Costa

Projeto gráfico
André Ramos

Redação
Ludmila Machado

Fotografia
Divulgação ASCOM/MCTI | Divulgação SECIS/MCTI
Divulgação CVTs (Ceflora, SergipeTec, Beberibe, Pau dos Ferros, Ceres, Pitangui, Itaboraí, Coronel Vivida)

Revisão de conteúdo
Osório Coelho Guimarães Neto

Guilherme Wiedman | Júnia Guerra
Depositphotos.com

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL - SECIS

Esplanada dos Ministérios – Bloco E – 2º andar
CEP 70067-900 – Brasília, DF
(61) 2033.7608 / 8633
www.mct.gov.br
secis@mct.gov.br

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

(61) 2033.8009 / 7609 / 8646 / 8453
casecis@mct.gov.br

Departamento de ações regionais para Inclusão Social – DEARE

(61) 2033.7445 / 7532

Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI

(61) 2033.7826 / 8423

Coordenação-Geral de Segurança alimentar e Nutricional – CGSA

(61) 2033.8675 / 8590

Coordenação-Geral de acompanhamento de Projetos – CGAP

(61) 2033.7605 / 8528



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA